

Modesto Carvalhosa, João Cunha e Hélio Fernandes propõem

AÇÃO POPULAR CONTRA NEGOCIATA DA LIGHT

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — Nº 45 — ANO 2 — DE 3 A 9 DE JANEIRO

Começam as reações à medida governamental de comprar o ferro-velho da Light por uma quantia astronômica.

Entre as propostas, veiculadas agora por este semanário está a de uma ação popular na Justiça, conforme descrição nas pág. 6 e 7 pelo deputado federal João Cunha, do MDB SP, pelo jurista Modesto Carvalhosa e pelo jornalista Hélio Fernandes. Congressistas movimentavam-se para enviar ao general Geisel um pedido para sustar «o cumprimento da decisão administrativa de pagamento das ações da Brascan», e também para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tão logo seja reaberto o Congresso Nacional.

CAÇADA HUMANA NO SERTÃO

No interior de Minas, a polícia e a miséria social transformam dois matutos, simples ladrões de galinha, numa terrível dupla de «bandoleiros sanguinários». Eram os irmãos Piriá, cuja resistência terminou na véspera do natal, quando ambos tombaram mortos e foram enterrados às pressas pelas autoridades, na reportagem da página 12, o sofisticado aparato anti-guerrilha contra as cartucheiras dos irmãos Piriá.



Hugo Blanco: um projeto de Constituição.

Nesta semana, voltou a funcionar a Assembléia Constituinte peruana, eleita no ano passado.

Hugo Blanco, ex-guerrilheiro e o mais votado dos candidatos de esquerda, líder da FOCEP (Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular) lançou um antiprojeto de Constituição para o país, que está sendo debatido em todos os setores populares do Peru. Pág. 8

A gestação do PTB gaúcho. Um artigo de Miguel Bodea.

Pág. 10

Especial: Henfil
em dez tempos vê
a passagem do ano.
Nilson mostra o
Ano da Criança.

Págs. 11 e 12

Vietnã e Cambodge estão em guerra?

Por Peter Weiss Pág. 9



Mario Covas, o cassado que volta.

Ele é um dos três mil novos militantes que o MDB poderá ganhar aos poucos, com a vigência das «reformas políticas» e a extinção da eternidade do AI-5. Praticamente sem falar à imprensa desde que foi cassado há dez anos atrás, o ex-líder do MDB na Câmara conversa sobre a conjuntura, numa entrevista na página 4.

Cavou a cova e foi morto por "filhos de papal"

A denúncia vem da Prelazia de São Felix do Araguaia, dirigida pelo bispo Casaldaliga. A arbitrariedade era coberta pela própria polícia. Pág. 11

Racismo: banqueiros barram pretos no emprego

Em Santos, o Sindicato dos Bancários constatou que apenas 1,8% de 4.900 empregados são negros. Pág. 11

O balanço governamental de 1978

Embuste no reveillon

Geisel, em seu discurso de final de ano, aponta os culpados pelos vales da sociedade brasileira em 78 que novamente ficaram por conta do petróleo dos árabes, juntamente com a seca, a geada e peste suína.

O general Ernesto Geisel tem insistido nestes anos de governo, em introduzir novidades nos tradicionais festejos de fim de ano. Ao lado das castanhas, da Missa do Galo e do vinho, o presidente da República tem se aplicado em repetir que o Brasil é uma ilha de tranquilidade enquanto lá fora ruge a tempestade. Que problemas como a inflação e a dívida externa têm responsáveis: o que não for responsabilidade dos árabes é insofismavelmente culpa e exclusiva da peste suína, da seca, das geadas, das enchentes...

Fica então demonstrado que os problemas do Brasil são resultado da aliança dos árabes e da peste suína africana, uma agressão externa, sem dúvida.

De novo, o petróleo.

De todos os vilões forjados pelo governo para explicar os percalços da economia brasileira, nenhum é tão detratado quanto o petróleo. Em seu discurso de fim de ano Geisel disse: «A dívida externa que a tantos alarma pelo seu vulto, parece-me compatível com o atual estágio de desenvolvimento da economia nacional. Ela é uma consequência inevitável dos fortes déficits comerciais que registramos logo após a crise do petróleo».

Ou seja, ao petróleo é atribuída a culpa pelos 41 bilhões de dólares de dívida externa.

Ora, a esta altura, novamente, isto chega a ser patético. Pois a dívida externa é o reflexo do chamado «milagre brasileiro», dos empréstimos tomados pelas multinacionais aqui implantadas. É manifestação do caráter dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro.

De resto, o petróleo não é o único elemento que o Brasil importa, já que continua importando aço, máquinas, fertilizantes etc. Mais que isto, nos déficits do balanço de pagamentos a necessidade de recorrer ao empré-

mo estrangeiro para equilibrá-lo e fortemente alimentada pelo pagamento do serviço da dívida externa. Este ano, enquanto a importação de petróleo foi da ordem de 4,3 bilhões de dólares, o pagamento do serviço da dívida foi de 8 bilhões.

Ou seja, para sustentar o crescimento da indústria de bens de consumo durável dominada pelo capital estrangeiro, para sustentar a especulação e as obras faraônicas, recorreu-se aos empréstimos estrangeiros produzindo-se uma dívida brutal e um poço sem fundo de ter que conseguir empréstimos para pagar os empréstimos e assim por diante...

Sobretudo é importante chamar a atenção para um fato pouco discutido quando se trata da questão do petróleo que é a alteração da política da Petrobras no início da década de 60, abandonando a pesquisa e a exploração para se dedicar apenas ao rendoso negócio da distribuição do petróleo.

Na medida em que o petróleo árabe tinha preço irrisório — ficou durante 20 anos (52/73) em 2 dólares o barril — e que o petróleo extraído da plataforma submarina saíria muito mais caro, a Petrobras contentou-se com os altíssimos lucros da distribuição, estagnando sua experiência de pesquisa e extração. Com a elevação de preço em 73 voltou-se a enfatizar a pesquisa e a extração, só que com 15 anos de atraso.

E as adversidades climáticas

Outro vilão que Geisel frequentemente responsabiliza pelos problemas é o clima. Principalmente no caso da inflação. Neste ano, foram as intempéries assessoradas pela peste suína africana.

A recorrência a este incorrigível vilão é um dos truques

preferidos. Em seu último discurso de fim de ano Geisel disse: «No setor econômico sofremos internamente prolongadas estagenações, nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste, com reflexos negativos na agropecuária... Tivemos ainda um grave surto de peste suína africana... Novas geadas prejudicaram sensivelmente os cafezais do Paraná e sul de São Paulo».

O mesmo Geisel em 30/12/75 dizia: «abateu-se sobre amplas faixas do território nacional uma sucessão anormal de calamidades climáticas imprevisíveis».

E igualmente em 30/12/74 proclamava: «Durante o semestre, primeira fase do meu governo, a par desse persistente

combate à inflação e a despeito de sucessivas preocupações de emergência com calamidades que assolaram o País de norte a sul, inclusive graves surtos epidêmicos...»

Um Geisel azarado?

Atribui-se as catástrofes naturais a responsabilidades pela inflação, e também pela dívida externa já que a perda de parte da safra de soja impediu uma maior exportação, aumentando assim (por causa do petróleo obviamente) o déficit da balança comercial, exigindo portanto maiores empréstimos para cobrir o balanço de pagamentos.

Está certo. As catástrofes naturais realmente têm um peso

sobre a inflação e a insistência com que elas têm se repetido sob o governo Geisel nos leva a pensar que o homem é talvez azarado. Mas daí querer explicar a inflação brasileira é um embuste.

Por que não discutir o papel inflacionário do sistema financeiro, da especulação aberta, por que não discutir o papel inflacionário das empresas oligopolísticas que administram seus preços de forma sempre a aumentá-los? Por que não discutir o papel inflacionário da política governamental sempre disposta a tratar a pão-de-ló, a omitir, para garantir negócios tão notoriamente escusos quanto os Lutfalla, Econômico, Atalla etc.?

Ou seja a catástrofe natural é um bode espiatório que não berra, que acoberta os desacertos da política econômica, as próprias contradições do desenvolvimento capitalista.

Os pobres ganhando dos ricos

Sobre a notória concentração de renda no Brasil, o general Geisel tem tecido comentários curiosos. Em recente congresso de empresários ele disse que não acredita que a miséria no Brasil seja tão grande quanto se alardeia por aí. Seu indicador disto é o crescente número de televisores, inclusive a cores, que foram vendidos nos últimos anos no Brasil.

Agora, em seu discurso de fim de ano, de novo a insolita afirmação: «Importante é ressaltar que, contrariamente aos que acusam o modelo brasileiro de concentrador de renda, há suficiente evidência de que nos anos mais recentes o desenvolvimento beneficiou todas as camadas, mas sobretudo as mais pobres. Assim, as Pesquisas Nacionais de Amostras Domiciliares mostram que, entre 72, 76, enquanto a renda média real dos 10% mais ricos crescia de 13,8%,

a dos 10% mais pobres aumentava de 45,9%».

Poderíamos discutir extensamente os critérios adotados para tal pesquisa, mostrar que este aumento de renda real foi em grande medida fruto do aumento do número de pessoas trabalhando numa mesma família etc. Mas isso seria ocioso.

Ociosos também seria mostrar que estes 45,8% de aumento, partindo do nível absurdo a que chegou a exploração e o achatamento dos salários, é irrisório.

Mais eloquentes que argumentos é a própria miséria cotidiana que a grande maioria da população é obrigada a viver: elevado índice de mortalidade infantil, de acidentes no trabalho, péssimas condições de transporte e habitação; os serviços inexistentes ou precaríssimos de água, luz, saneamento etc.

Oposições: não abusem!

Ao fim do discurso, Geisel deixou uma recomendação e uma ameaça. A recomendação: «responsabilidade»; «não se tente reivindicar o impossível». A ameaça: «justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de ampliadas franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar confronto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da segurança nacional».

O final do AI-5 não é o final do arbítrio e da exceção, nós o sabemos. Mesmo que o general Geisel não tivesse nos ameaçado com as salvaguardas, ainda assim estaríamos subordinados a nova e igualmente autoritária Lei de Segurança Nacional, ao 477, a anistia não foi conquistada, a constituinte tampouco; e a lei anti-greve e a legislação trabalhista permanecem terríveis AI-5 contra os trabalhadores.

João Antonio de Paula



A jogada é que assim a culpa não é de ninguém nem tampouco os benefícios; ou seja, ninguém tem porque chiar. Fez-se o que se podia fazer. Já olhando para o futuro, o recado do general é diferente: trabalhadores, cuidem-se e não abusem da abertura.



Constituinte em meio horário

A convocação imediata de uma Constituinte para funcionar ao lado do próximo Congresso é a proposta que está sendo estudada pelo deputado federal por São Paulo e provável futuro líder do MDB na Câmara, Freitas Nobre.

De um lado fecha-se o caminho àqueles «oposicionistas» que querem transformar o Congresso em Constituinte. Mas de outro fica-se muito aquém daquela Constituinte que interessa aos setores populares.

Recentemente, em meio a uma onda generalizada de declarações sonoras, porém vagas, por parte da oposição parlamentar a respeito da necessidade de retomar a Constituinte, apareceu uma proposta concreta formulada pelo deputado federal Freitas Nobre, provável futuro líder do MDB na Câmara Federal.

O deputado diz em entrevista a EM TEMPO, «estar estudando uma fórmula que talvez venha a ser proposta ao partido e que seria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que teria uma composição correspondente a metade de representantes do próximo Congresso e que reunir-se-ia em Brasília ou no Rio de Janeiro, a noite, com um prazo certo de 6 meses ou um ano para redigir a nova Constituição. «Alem destas características aqueles senadores ou deputados que desejassem concorrer as eleições para a Constituinte «teriam que renunciar a seus mandatos para poderem inscrever-se como candidatos».

O objetivo da proposta é, segundo Freitas Nobre, levar adiante a luta pela Constituinte, superando dois obstáculos que hoje ela enfrenta para a sua concretização.

Constituinte não é batismo

De um lado a desfiguração completa da Constituinte, caso o próximo Congresso fosse agraciado com poderes constituintes, para os quais ele não foi eleito. Este alias e o sonho de muitos «oposicionistas» que gostariam de ver seus investimentos eleitorais aplicados num mandato parlamentar de um partido consentido, de repente, transformarem-se, rentavelmente, na nobre figura de «constituinte da República».

Esta tese, da mera transformação do próximo Congresso em Constituinte, e que volta e meia é defendida por alguns, seria nada mais que um embuste, uma farsa. Algo como um vulgar batismo, a crer que os pecados se eliminam através de uma simples cerimônia.

Pondo-se contrário a este tipo de expediente, e que Freitas Nobre, integrante do grupo autêntico do MDB, afirma que «somente um novo Congresso, especialmente convocado para a redação de uma nova Carta Constitucional, poderia fazê-lo com independência e com autorização popular».

O temor de perder os mandatos

Mas ao se levar adiante esta conclusão, surge então o outro obstáculo a luta pela Constituinte. Por certo que a convocação de uma Constituinte requereria a dissolução do atual Congresso. E Freitas Nobre é bastante conhecedor do seu partido para saber que uma proposta que implique na perda dos investimentos eleitorais de todos os parlamentares, somente poderia contar com a adesão de uma pequena minoria dentro do MDB. Pois boa parte dos atuais emdebistas sabe que num clima de maiores liberdades que antecederiam a Constituinte, a concorrência pela obtenção dos votos necessários seria mais acirrada, favorecendo os candidatos mais comprometidos com os interesses populares em detrimento daqueles mais vacilantes.

Parece ser no sentido de superar este obstáculo, bem mais forte que o primeiro no interior do MDB, que Freitas Nobre parte para a proposta de convocação e funcionamento de uma Consti-

tuente lado a lado do próximo Congresso.

Para muitos isto poderia ser uma simples tática de encaminhamento, um expediente pragmático que poderia nos aproximar em alguma medida dos objetivos almejados. Pois, poderiam argumentar, no desenrolar do processo, uma vez convocada e funcionando a Constituinte, criaria-se um clima político de tamanha ilegitimidade para o próximo Congresso que ele terminaria por ser dissolvido de alguma maneira.

Constituinte? Só com o fim do regime.

No entanto, se encarmos a luta pela Constituinte do ponto de vista das oposições populares, a coisa não é bem assim. Para estas oposições, a Constituinte e a proposta atual de desfecho para a luta pelas liberdades democráticas.

E a alternativa a se opor ao regime militar e suas tentativas de institucionalização, e portanto vincula-se indissolvelmente ao fim do autoritarismo, à queda da ditadura. Ao mesmo tempo em que abre caminho para transformações estruturais na sociedade com vistas ao socialismo.

Por isto mesmo, a questão da Constituinte e a questão de como mobilizar as forças populares e organiza-las numa vasta luta contra o regime autoritário e suas bases de sustentação social. E o desfecho deste processo numa Constituinte somente será benéfico aos trabalhadores e seus aliados se eles conseguirem, por fruto de sua mobilização, criar uma correlação de forças tal que lhes seja favorável no conjunto da sociedade.

Portanto, uma proposta de retomada da bandeira que já de início encare como obstáculo diante do qual se deve ceder, as reações internas dos vacilantes do MDB, dificilmente teria condições de se servir no enfrentamento de um outro obstáculo muito maior, que é o próprio regime autoritário.

Só com mobilização popular

Alem desta concessão ao próximo Congresso, em termos da Constituinte funcionar a seu lado, e não requerendo previamente sua dissolução, há um outro problema. Porque uma Constituinte composta pela metade dos atuais parlamentares? E porque funcionando somente a noite, em



Convenção do MDB

meio horário, por assim dizer? A única explicação que encontramos e pelo lado da falta de instalações adequadas para comporatar simultaneamente os dois corpos legislativos. Daí talvez, também, a sugestão no sentido de que a Constituinte poderia funcionar no Rio, deixando Brasília para o próximo Congresso.

Ora, novamente se a luta pela Constituinte quer corresponder aos anseios dos setores populares, não vai ser amoldando-se a problemas desta ordem que ela cumprira seus intentos.

De resto, falta à proposta do deputado Freitas Nobre a menção enfática quanto aos requisitos mínimos em termos de franquias políticas para que uma Constituinte pudesse de fato corresponder a uma livre participação das camadas populares. Tais como anistia irrestrita, plena liberda-

de partidária e sindical entre outras. O cuidado no pragmatismo para enfrentar os dois obstáculos referidos termina por secundarizar tais requisitos políticos da Constituinte.

O MDB resiste

Portanto, se a proposta do deputado tem o mérito de fugir as generalidades oratorias tao em voga, e de ao mesmo tempo fechar o caminho daqueles que querem transformar o atual Congresso em Constituinte, de outro lado ela é sintomática e reveladora: a Constituinte, enquanto proposta formulada com um caráter popular, não é viável a partir de iniciativas emdebistas, onde os obstáculos internos são muito maiores do que se poderia pensar com base nos «gloriosos resultados» das últimas eleições.

Depois de dez anos praticamente sem dar entrevistas, o ex-líder do MDB no período pré-69 volta a falar.

MDB ontem e hoje

Mario Covas

Por Flavio Andrade

Mário Covas elegeu-se deputado federal por São Paulo em 1962, sob a legenda do antigo Partido Social Trabalhista. Em 1966 participa do processo de formação do MDB, reelege-se, e vai exercer a liderança do partido na Câmara até sua cassação em janeiro de 1969. Ele agora prepara a sua volta ao MDB para os próximos dias. Aqui, seu pensamento sobre a conjuntura pré-69, e suas opiniões sobre os temas atuais da oposição.



ENRIQUE BRAGA

Mario Covas

— Muito se fala hoje de volta dos cassados à política. Quais são seus planos?
— Imediatamente vincular-me enquanto base no MDB. É ali que procurei exercitar a ação política. Acho que esta participação tem que ser feita de maneira a que nós, cassados e não cassados, contribuamos de forma concreta para eliminação desta diferenciação. A presença dos cassados dentro da política deve ser de integração, para que se elimine a existência destes dois agrupamentos, enquanto tais.
— Dez anos depois como você avalia a conjuntura de 1968 desfechando-se no AI-5?

Para entender 68 eu acredito que a gente tenha que voltar um pouco atrás: Eu diria que o período 64/68 poderia ser desdobrado em três fases. Há uma primeira imediatamente posterior aos episódios de março de 64, que se chamou de período punitivo. O segundo período eu acredito que poderia ser definido como uma busca do movimento para fixar seu próprio substrato ideológico. Este período é marcado particularmente pela doutrina de Segurança Nacional.

O modelo econômico então dimensionado e implantado, ao enfatizar a participação do capital estrangeiro e ao deslocar os focos de decisão econômica para o exterior do País, bem como o modelo político daí decorrente, geraram tensões de natureza social, econômica, que levaram o movimento a vislumbrar, na perspectiva da sua auto-institucionalização, o único mecanismo para a sua permanência. A Constituição de 1967 é exatamente esta tentativa de institucionalização.

É sob a égide da Constituição de 1967 que os vários segmentos da sociedade passam a tentar ocupar o seu espaço político. Neste momento, o Congresso representava a maior fonte de afirmação do poder civil, que tentava também recuperar a sua dimensão e seu espaço político.

É nesta perspectiva que o Congresso ao votar o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, reage institucionalmente em nome do poder civil, tomando aquela decisão. Tanto isto é verdade que a decisão só foi possível com a participação de facções da Arena somando-se às forças do MDB, o que dá o cunho de reação institucional à atitude.

Na realidade, os acontecimentos que culminaram com a edição do AI-5 me parecem uma decorrência da disputa pelo poder mais aberta a partir da Constituição de 67. E o AI-5 é a consequência do resultado desta luta e da facção predominante.

— E a atuação das oposições extraparlamentares naquela conjuntura. Movimento Estudantil, operário, a Esquerda em geral. Em que medida teriam contribuído, pelos seus erros, para o desfecho do Ato?

— Estas oposições tentavam também ocupar o seu espaço. E naquelas circunstâncias os mecanismos convencionais estavam de tal modo cerceados à sua participação que a sua afirmação tinha que decorrer necessariamente de mecanismos não institucionais. Isto posto, cabe perguntar, o que criou o que? O que foi causa e o que foi efeito? Quem reagiu a o que? Na realidade o que ocorria naquela conjuntura era um regime constitucional que negava na prática o exercício destas mesmas liberdades políticas.

— Voltando à oposição parlamentar o que era o chamado grupo «imaturado» de parlamentares oposicionistas, qual o seu perfil político e como se dava a luta interna no MDB? — O nascimento compulsório do partido de oposição fez

conviver dentro do seu espectro de forças homens que iam desde a faixa do liberal tradicional, do conservador, do democrata cristão, do socialista, todas as faixas ideológicas.

E esta aliança, esta unidade, era bastante eficiente na conquista das liberdades políticas ois um programa político é a oferta de uma alternativa que uma determinada facção política oferece à sociedade na perspectiva de ocupar o poder. Ora enquanto o poder não existe em disputa, tem muito mais expressão a unidade decorrente da luta pela conquista da disputa do poder do que a luta ideológica pela oferta de alternativa enquanto o poder. Ao longo do tempo, este cimento foi o grande cimento que uniu o MDB, permitindo que facções diferenciadas do ponto de vista ideológico tivessem convivência e unanimidade. Ao longo de dois anos de lideranças do MDB, com 127 deputados em minha bancada, nunca tive um único voto discordante dentro da minha bancada. O que demonstrava uma unidade absoluta.

• «O nascimento do MDB fez conviver, dentro do seu espectro de força, homens que iam desde a faixa do liberal tradicional, do conservador, do democrata cristão, do socialista, todas as faixas ideológicas. E esta aliança, esta unidade, era bastante eficiente na conquista das liberdades políticas. Ao longo de dois anos de liderança do MDB, com 127 deputados em minha bancada, nunca tive um voto discordante».

— Mas e os «imaturados»?
— Bem, é difícil de determinar. Não havia uma clara separação.
— Mas eles não tinham uma maior organicidade do que os atuais autênticos?
— Não, não tinham. Na realidade nunca chegaram a se constituir num agrupamento próprio com características particulares de ação parlamentar.

— E os atritos entre eles e o restante do partido. SUAS RELAÇÕES COM OS ADESISTAS, POR EXEMPLO?

— Em relação às lutas básicas do partido não haviam diferenças. Atritos no sentido operacional por vezes ocorriam.

— Mas você está pintando um quadro de ausência de luta interna no MDB da época...
— Bem, na realidade você promove com maior ou menor intensidade a sua luta interna na medida da sua conquista em relação aos instrumentos desta política. E os instrumentos desta política naquela época, em termos partidários, ultrapassavam muito pouco a ação parlamentar. Em termos da ação parlamentar, eu insisto com você, não tive, em nenhuma oportunidade um único voto discordante dentro da bancada.

Nos fatos básicos da natureza política com os quais o partido se defrontava, os posicionamentos e a maneira de encarar de cada facção e mesmo de cada individualidade eram encaradas e até mesmo defendidas de forma inequívoca por estas facções, bem isto me pareceria uma consequência natural e até mesmo saudável ao extremo.

Mas não me parece que o MDB tenha perdido com isto os seus objetivos e a sua identidade, e acho até que com o MDB ocorreu um fenômeno paradoxal. Tendo uma gênese a mais arbitrária possível, a despeito disto, o MDB vem recebendo sucessivas, afirmações de natureza popular que acabam por lhe ofertar e lhe conferir, e por lhe determinar uma resultante de natureza ideológica que se vincula com estas aspirações populares. Ou pelo menos que puxa a resultante do partido para estas aspirações. Há sem dúvida um aval popular, e não há na história brasileira, por paradoxal que possa parecer, eu reitero, um exemplo tão grande de partido com apelo de legenda.

— Eu insisto, e os adesistas da época?
— No período anterior a 68 este problema na bancada não existia.
— E os atuais adesistas onde estavam na época?

— Veja, este é o único tipo de diferenciação que eu acho que pode ser admitida no MDB. O MDB não pode hoje diferenciar alguém que tenha profunda autenticidade e permanência na luta em pró das liberdades democráticas, a despeito de seu posicionamento ideológico. A única coisa que ele pode realmente condenar é quem transige na luta em torno destas liberdades.

— E na época não havia transigência deste tipo?

— Não, não havia. Havia características pessoais, mas implicar em concessões com o poder isto não havia. Ou pelo menos não havia de forma a se constituir num problema.

— Que posição o MDB tomou em 68 diante das greves de Osasco e Contagem?
— A posição do MDB foi sempre a de sustentar a validade e a legitimidade destes movimentos.

— Diante destas greves de agora de 78, você não concordaria que o MDB teve um comportamento no mínimo tímido. Muito mais em termos do reconhecimento de um direito genérico ao exercício da greve pelos trabalhadores do que um apoio ao movimento em si, ao mérito do direito?

— Há aí uma questão básica. No instante em que se fala de movimento estudantil, de movimento dos trabalhadores, sindical, algo que eu devo associar a isto é a liberdade destes movimentos tomarem suas próprias decisões. E o fundamental, mais do que entrar no mérito, é sustentar a legitimidade destes movimentos fazerem suas próprias afirmações políticas.

— Mas este é um ponto de vista extremamente liberal... e tomado o que você falava anteriormente de um componente popular crescente no MDB, isto não implicaria no mínimo numa solidariedade com as lutas concretas do movimento operário e suas greves?

— Mas se você for verificar a linguagem média dos candidatos desta última eleição você vai encontrar a afirmação popular...

— Mas nas eleições todo mundo radicaliza, até um Tancredo Neves. Eu digo aqui do posicionamento do MDB em épocas «normais»... Bem, mas vindo mais para o presente como avalia a questão da Constituinte na forma como ela vem sendo tratada pelo MDB?

Cassados, volver. É hora do MDB!

O partido da oposição pode ganhar mais de três mil novos militantes.

Ao todo, poderiam ser mais de 3.000 novos militantes cassados que retornam agora ao MDB. Pois com a entrada em vigor das «reformas políticas» a partir de 1º de janeiro, as punições deixam de ser eternas e, assim, vários são aqueles cassados que verão agora, nestes dias, terminar sua punição.

De vários pontos do país estão surgindo declarações tanto de cassados famosos quanto de obscuros, manifestando o desejo de ingresso imediato na legenda emedebista.

Desde a Argélia, Maurílio Ferreira Lima, antigo deputado por Pernambuco, envia carta de inscrição no MDB a Jarbas Vasconcellos. Em Goiás, o ex-governador Mauro Borges prepara-se declaradamente para assumir a direção regional do partido, e vários outros, em especial em São Paulo, como Almino Afonso, Plínio Sampaio, Mário Covas, David Lerer, chegam do exterior direto para o MDB ou vêm mantendo contatos com as lideranças emedebistas no sentido de tratar do seu ingresso no partido.

Finalmente, e com destaque diário na imprensa, a volta de Leonel Brizola ao país, para breve, tem sido apontada como possível de também desaguar na sua militância, pelo menos imediatamente, e no MDB.

O regime, ao que tudo indica, estimula esta integração, com vistas a acirrar por este expediente a luta interna dentro do MDB e assim, acelerar sua dissolução.

Mas também de dentro do MDB partem reações. Ulisses Guimarães tem reiterado em tom de advertência, que as portas estão abertas aos cassados, mas desde que eles venham para reforçar a unidade oposicionista. E onde tem fumaça tem fogo. Pois o velho líder peddista sabe que dentre os cassados há vários lideranças de peso, e que por certo brevemente estarão brilhando muito mais do que as muitas mímias e mesmo reacionários que hoje ocupam posições dentro do partido.

Também dos reacionários de dentro do MDB partem ameaças à volta dos cassados. Pois eles pressentem que os velhos políticos forçarão a resultante média do partido empurrando-os para a direita.

Mas pelo que têm declarado até agora, todos estes cassados com vistas à integração pretendem trabalhar de imediato pela manutenção da unidade da legenda emedebista. Assim, as desconfianças e as eventuais escaramuças estão se desenvolvendo muito mais no plano dos bastidores do que naquele das declarações explícitas de princípios.

Acima disto tudo o momento não é de ufania. Pois as possibilidades de integração partidária são somente para aqueles que já cumpriram 10 anos de punição. E além do mais todos aqueles trabalhadores cassados das eleições sindicais pelas Delegacias do Trabalho e pela CLT não estão contemplados com esta reabilitação trazida agora pela vigoração das «reformas políticas». (F.A.)

— Eu creio que o MDB em muito tem contribuído para a fixação da ideia da Constituinte como indispensável na busca de um processo democrático.

— De qual Constituinte fala o MDB? Na convenção de setembro de 77, que endossou a tese, a formulação é altamente elitista — fala dos perigos da luta pela Constituinte degenerar para a subversão, reconhece a necessidade do estado moderno contar com mecanismos de defesa, não qualifica a anistia e a liberdade partidária prévias à convocação etc. Além disto, na prática, a campanha pela Constituinte inexistiu enquanto tal. Assim não te parece novamente, extremamente tímida a postura do MDB?

«Com o MDB ocorreu um fenômeno paradoxal. Tendo uma gênese arbitrária, a despeito disto vem recebendo sucessivas afirmações de natureza popular que acabam por lhe ofertar e lhe conferir uma resultante ideológica que se vincula com estas aspirações populares.

Há sem dúvida um aval popular. E não há na história brasileira um exemplo tão grande de partido com apelo de legenda».

— Mas a minha impressão é de que a campanha tomara mais força. Na medida em que você consegue visualizar os objetivos com maior nitidez, é evidente que o enfoque ganha em intensidade.

— E os investimentos eleitorais feitos recentemente que numa convocação de uma Constituinte se perderiam? Não te parece que isto tenderá a esfriar a campanha? Pelo menos enquanto uma bandeira que represente uma alternativa à ditadura? Veja por exemplo as propostas que agora começam a ser feitas, como aquela do deputado Freitas Nobre, no sentido de compatibilizar a Constituinte com a permanência do atual Congresso.

— Isto seria negar inteiramente a renovação que as atuais eleições trouxeram para o MDB. Eu não preciso obrigatoriamente ver a proposta do deputado Freitas Nobre sobre este ângulo. Quem não me diria o inverso? Que a proposta envolve em busca do objetivo um pragmatismo e o uso de uma mecânica que possa acelerar o processo. Vendo a bancada atual do MDB, em especial a de São Paulo, eu sou levado a ver que interesses desta ordem que você menciona não se sobrepõem de forma alguma aos destinos da sociedade, como um todo.

— No seu entender o que seriam as liberdades democráticas que uma vez conquistadas, aí, sim,

caberia a colocação em cena de outros objetivos políticos que por hora devem ser sacrificados em prol da unidade emedebista? — Fundamentalmente o que tem que ser perseguido é a disputa pelo poder; este é o objetivo básico. Pois sem a possibilidade de disputa do poder não há sentido em discutir programas alternativos de poder. A característica fundamental do regime democrático é aceitar a disputa pelo poder como algo normal.

— Mas aí se coloca a questão substantiva. Disputa do poder por quem? Evidentemente que o MDB não luta por uma ampla e irrestrita possibilidade de disputa do poder. Por exemplo, a possibilidade de que os trabalhadores pudessem vir a tomar o poder. Assim, as liberdades democráticas do ponto de vista popular têm que ser algo mais que aquilo que você apontou, não acha?

— Eu não vejo de parte do MDB, desde que ele existe, nenhuma restrição deste tipo.

— Ao responder ao projeto de reformas do governo, o MDB por então, fixou posição em termos de uma «liberdade partidária» tendo como requisito também 10% de parlamentares para a formação de agremiações. Ora, isto exclui até mesmo da possibilidade de existirem enquanto partidos legais, toda uma larga faixa de opiniões e setores sociais. O que dizer então da possibilidade de viem a ser poder?

— Eu acho que nesta questão não se pode querer que os partidos se formem de cima para baixo: o processo tem que ser o inverso. Mas na verdade não consigo vislumbrar, pelo menos em termos institucionais, este posicionamento do MDB que você sugeria.

— Bem, indo adiante, vindo as liberdades democráticas, que tipo de partido você postularia pessoalmente?
— Que tipo de resultante eu então procuraria para o MDB? Eu sustento que deveria ser um partido autenticamente democrático, com efetiva participação das bases; cuja atuação parlamentar e executiva fossem corolários das aspirações das camadas populares; um partido que não tivesse vínculos externos; e um partido nacional, cobrindo a nação.

— E a estratégia deste partido?
— Evidentemente teria que ter horizonte socialista. Não imagino contudo um partido estreito, mas sim resultante das aspirações do conjunto da área popular.

— Como você vê a emergência atual do trabalhismo, em especial do brizolismo?
— Do ponto de vista estratégico tal proposta tem pertinência. No entanto, taticamente o momento não é ainda de viabilização desta proposta. Por outro lado, não vejo diferenças acentuadas entre esta proposta e aquela que defini, como resultante desejável para o MDB.

— Mesmo na explicitação social-democrata que Brizola tem feito de sua proposta partidária?
— Sim, a não ser a questão da desvinculação internacional que eu insisto.

Justiça Militar já julgou mais de dez mil desde 67

Uma análise preparada pelo procurador-geral da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, sobre as consequências da nova Lei de Segurança Nacional, comprova que serão poucos os presos políticos a serem beneficiados com as inovações, isto é que poderão conseguir liberdade. O estudo não previu exatamente o número dos incluídos nestes casos. Contudo, a pesquisa dá o balanço mais completo e classificado sobre as condenações pela antiga Lei de Segurança Nacional, que estão sendo cumpridas ainda hoje. O quadro é o seguinte:

Foram julgados pela justiça militar desde 1967	Estão julgados, incluindo exilados, comandado de prisão contra os condenados	Estão cumprindo pena em penitenciária espalhadas por todo o País
10.000 (aproximadamente)	1.100	510

Estes 510 estão distribuídos como segue nos artigos da antiga Lei de Segurança Nacional

Artigo 27 — Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento pessoal, qualquer que seja a sua motivação. Pena: reclusão de 10 a 24 anos. Parágrafo único: Se, da prática do ato, resultar morte. Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.	Artigo 28 — «Destruir, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo. Pena: reclusão de 12 a 30 anos. Parágrafo único: Se, da prática do ato, resultar morte. Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.	Artigo 14 — Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional. Pena: reclusão de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e de 6 meses a 2 anos, para os demais.	Artigo 25 — Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena: reclusão de 5 a 15 anos. Parágrafo único: Se, em virtude deles, a guerra sobrevier, Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte em grau máximo.	Artigo 46 — Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou fazer consigo armas de fogo ou engenhos privados das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente. Pena: reclusão de 5 a 10 anos.	Artigo 42 — Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fornecimento, com finalidade combativa. Pena: reclusão de 3 a 8 anos.	Artigo 33 — Exercer violência por motivo de facciosismo ou inconfiança política-social, contra quem exerça autoridade. Pena: reclusão de 8 a 15 anos. Parágrafo 1º: Se da violência resultar lesões corporais. Pena: reclusão de 12 a 30 anos. Parágrafo 2º: Se da violência resultar morte. Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.	Artigo 36 — Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou territórios e do Prefeito do Distrito Federal. Pena: reclusão de 2 a 6 anos. Parágrafo único: Se o crime for cometido por meio de imprensa, rádio ou televisão, a pena é aumentada de metade, além da multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país, se a responsabilidade couber a diretor ou responsável por tais órgãos da imprensa, escrita e falada.	Artigo 23 — Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo. Pena: reclusão de 8 a 20 anos.
362 (presos políticos e comuns)	80	35	13	8	5	2	1	2

Balanco de 1978

ESTUDANTES: UM MOVIMENTO EM CRISE?

Entidades estudantis esvaziadas, pequena participação nas manifestações, um movimento disperso, encontrando dificuldades para articular as reivindicações isoladas. No geral o sentimento é de desânimo, atingindo inclusive algumas lideranças que aparentemente haviam se firmado durante as movimentações. Ao lado deste quadro, entretanto, os estudantes demonstram um grande potencial de luta.

No final de 77, um balanço do Movimento Estudantil demonstrava basicamente a necessidade de agregar as diversas bandeiras democráticas levantadas até então — anistia, fim das prisões políticas, liberdade de organização e expressão, melhoria das condições de vida, ensino público e gratuito, etc — a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e democrática, dando um sentido mais ofensivo à luta dos oprimidos.

O M.E. fora as ruas e cumprira um papel importante como setor mais definido e organizado dos que se manifestavam contra a ditadura. Mas as diversas posições eram unânimes em afirmar: o saldo organizativo que ficara da movimentação de massa era pequeno.

Entretanto, se percebíamos há um ano este problema, hoje sofremos as consequências: vemos entidades esvaziadas, pequena participação nas manifestações, o movimento disperso, encontrando dificuldades para articular as lutas localizadas. A Universidade de São Paulo, um dos centros da movimentação em 77, realiza eleições para o DCE onde o grau de abstenção é elevadíssimo. O IV Encontro Nacional de Estudantes (outubro/78, SP), apesar de significar um avanço na reconstrução de nossa entidade nacional, revelou a incapacidade da atual comissão Pro-UNE em aglutinar os estudantes nesta perspectiva: foi precariamente preparado, não tendo sequer algum desdobramento que mostrasse maior preocupação com as condições necessárias a realização do Congresso de reconstrução da UNE, marcada para maio/79 (Salvador, BA). E no geral, o sentimento que se espalha é de desânimo, atingindo inclusive algumas direções que aparentemente haviam se firmado durante as movimentações.

Afinal, o que houve?

Hoje, portanto, a grande questão é destrinchar o caráter deste estrangulamento. Afinal, o que houve com o M.E.?

As respostas são muitas. Alguns vêem nas tendências estudantis a origem da crise. Dizem que elas travam um debate estéril e que se tende a afastar os estudantes das entidades. Na verdade, não conseguindo ir às raízes deste estrangulamento, estas posições não fazem mais que propor a limitação da liberdade de organização e expressão na universidade, tentando pôr fim às tendências.

Para outros, a entrada dos trabalhadores na cena política veio pôr um ponto final no papel que cumpriu o M.E. até agora. E dizem que é natural este semi-apagamento, subestimando o importante papel que o M.E. ainda tem a cumprir no processo de transformação da sociedade brasileira.

Um terceiro bloco, finalmente, vê a crise como uma passageira mare baixa e insiste em marcar passo em torno das bandeiras já assumidas pelo estudantado, recusando-se a trabalhar pela radicalização da luta democrática. A estes, uma vez que o resultado desta insistência em abrir portas já arrombadas e a estagnação do movimento, resta atrair os estudantes para as entidades através de artifícios «pouco» politizadores como festas, trabalhos assistenciais, uma ou outra luta reivindicativa.

Achamos que o caráter da crise é mais complexo. É a nossa experiência concreta — fomos eleitos para a diretoria do DCE-UFMG em setembro passado, através da chapa Centelha — tem demonstrado que, ao lado do esvaziamento das entidades, de certa resistência a centralização das lutas e alguma descrença nas lideranças, os estudantes demonstram um grande potencial de luta. Apenas neste ano tivemos dez greves, as três últimas com duração de mais de um mês. Mas embora todas mostrassem níveis de questionamento a universidade atual, não conseguiram ganhar em profundidade, se expandir desde suas escolas, tomando uma clara conotação de luta contra a estrutura da universidade e do ensino.

E quando propusemos, concretamente tal sentido na luta pelo congelamento dos preços do Restaurante Universitário, organizamos uma verdadeira ofensiva do estudantado sobre a fundação encarregada da assistência na UFMG. Do mesmo modo, não diminuiu o sentimento antiditatorial. Tanto quanto em algumas manifestações que ocorreram intermitentemente por este ano, a ditadura e excreta diariamente nas escolas. E pequenas conquistas, mostrando combatividade e disposição de luta, vão se somando aos passos maiores anteriormente dados. Voltamos então a pergunta: que impede o potencial dos estudantes de realizar-se?

Podemos dizer que estamos diante do esgotamento, junto aos estudantes dos principais centros do país, de uma fase da luta. Uma fase onde imperou um sentido quase que meramente antiditatorial nas lutas dos estudantes, semeando ilusões quanto à possibilidade de resolver o conflito ditadura x democracia sem maiores transformações na sociedade brasileira.

Agora, a própria hostilidade com que a classe dominante tratou e trata nossa movimentação e as mínimas conquistas desse ainda frágil movimento de massas que se formou no País — as entidades estudantis recriadas continuam na ilegalidade há anos, como o DCE — livre da USP; não há, praticamente, eleições sindicais sem intervenção oficial sobre as chapas de oposição, etc. —

também pressionam a consciência do estudantado para perceber uma democracia qualitativamente superior.

Começa a se alastrar a percepção de que só um amplo movimento, mas das massas oprimidas, poderá seguramente por fim à ditadura. E de que é preciso ir além da denúncia do regime, das decisões autoritárias na universidade, da burocracia universitária como legitimadora dos interesses da minoria dominante, das manifestações meramente anti-ditatoriais. Insistir no contrário, como muitos ainda pensam, é condenar o movimento à estagnação.

A sensação presente é a de estarmos todos, não só os estudantes, no limiar de uma nova situação na sociedade brasileira. A contestação à ditadura se firma nos mais amplos setores. Vem tomando forma cada vez mais nítida a organização das classes frente a seus interesses e contradições. A sociedade se polariza: de um lado, a classe dominante procurando reforçar o Estado, unindo-se em torno do general Figueiredo; de outro, o conjunto dos oprimidos e explorados procurando construir seus instrumentos próprios

de luta — as comissões de fábrica, as entidades livres, os sindicatos sem pelegos, as associações de bairros, etc. E a presença dos trabalhadores na cena brasileira, em greves ao longo de todo o ano, vem colocar para cada setor a necessidade de uma definição mais clara.

Democracia

Ao crescer sem uma definição precisa de seu papel como força auxiliar dos trabalhadores, o M.E. choca-se com esta conjuntura de polarização crescente. E é aí que enxergamos a «crise» atual. No processo de crescimento a necessidade de colocar-se ao lado dos trabalhadores se aguçou, não encontrando respostas à altura. E hoje, para dar vazão ao potencial de luta dos estudantes, é preciso construir as bases para uma nova fase do M.E.

Para recuperar a pujança do nosso movimento, a participação massiva, é preciso construir a democracia nas entidades. Criar formas de decisão amplas, romper definitivamente com a democracia «representativa» em direção à democracia

direta, ao exercício do poder pelo conjunto dos estudantes. Trabalhar as lutas «específicas» não mais como meros movimentos reivindicativos mas procurando inculcar-lhes um sentido de conquistas efetivas rumo à transformação da universidade e do ensino, possibilitando aos estudantes influir decisivamente nas escolas e iniciarem desde já, a construção de uma nova perspectiva para as «profissões liberais», a tecnologia, as ciências, colocando-as a serviço da maioria oprimida.

É isto é particularmente importante neste momento em que os reitores discutem o 477, o 228, os regimentos internos, etc., procurando alguma reformulação da universidade. O movimento estudantil precisa se adiantar, construindo um projeto de democratização da universidade, colocando as decisões na mão de toda a comunidade de professores, funcionários e estudantes e a reformulação na perspectiva dos trabalhadores.

Mas a luta pela transformação da universidade é apenas parte, indissolúvel, da transformação da sociedade brasileira. E não há como uma proposta transformadora para a universidade

ficar retida nela mesma. Vislumbrando a imensa tarefa que se coloca para os oprimidos, o M.E. agora mais do que nunca, deve avançar o sentido democrático de sua luta em direção à democracia que interessa aos trabalhadores. Buscando romper definitivamente com a atual «crise» de perspectiva, com seu isolamento, os estudantes devem trabalhar pela construção de um amplo movimento que congregue todos os segmentos sociais interessados na abolição de toda opressão e exploração, um movimento socialista, onde o M.E. será um dos setores.

Assim, definindo clara e concretamente seu papel na luta pelo socialismo, radicalizando o sentido democrático de nossa luta, estaremos criando as condições para uma intervenção firme e segura nesta conjuntura.

(Artigo elaborado pelos membros da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, da tendência «Centelhas»)



Comemoração de 75 anos de luta do CA XI de agosto e do Grêmio Politécnico

Dia 28 de março — Dia Nacional de Protesto

O super-star de 77 foi pro brejo em 78

Depoimento de Vera Paiva, a «Veroca», estudante de psicologia na Universidade de São Paulo e participante da tendência «Refazendo»

Eu acho que quando a gente tenta fazer um balanço do que foi esse ano no movimento estudantil, a primeira coisa que se nota é que ele caiu de certa forma. Isto é, uma característica que aparece implicitamente, principalmente para quem não participa dele e pergunta, o que aconteceu? Não acho que temos alguma coisa a levantar.

Em primeiro lugar, não foi um ano em que nada aconteceu no movimento estudantil, apesar de não estarmos nas primeiras páginas dos jornais. Algumas coisas aconteceram e talvez as mais importantes tenham sido a reconstrução da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, a realização do IV Encontro Nacional dos Estudantes e algumas discussões que a gente vem realizando em torno da reconstrução da UNE. Isto do ponto de vista geral e óbvio que as contradições não deixaram de existir e os estudantes também não retrocederam na consciência que tinham e que se manifestou nas ruas no ano passado. Portanto, uma série de lutas particulares permaneceram. Por exemplo, a greve dos Biólogos, dos Bioquímicos, dos Biomédicos pela regulamentação da profissão, a greve em São Carlos e na História da USP.

O M.E. não morreu

Nota-se que o movimento permanece vivo. Um movimento daquele porte deixa, entretanto, de existir com aquela força, com aquela presença e a gente acha que no fundo tem duas questões implicando aí. A primeira, embora o movimento estudantil não tenha morrido, não teve um prosseguimento que honrasse as quinze mil pessoas que estiveram nas ruas no mês de maio de 1977. A conjuntura de 78 é bem diferente. Em 1977, de certa forma, o movimento estudantil era a «super-star» do movimento de massas, não porque tivesse algum papel no sentido de ser qualquer coisa com relação aos outros movimentos sociais, mas por condições internas, particulares, por melhor se organizar antes de outros setores sociais e por ter dado, de certa forma, o passo inicial para o enfrentamento direto

das suas contradições, das suas reivindicações e até na luta contra a ditadura. O movimento estudantil teve um papel importante, não de direção, mas no sentido de muito mais um referencial, de que era possível enfrentar os seus problemas, se organizar de forma independente, realizar assembleias, deliberar internamente e se manifestar, mesmo abaixo da ditadura. Foi quem primeiro rompeu, substituiu o medo pela luta. Este ano, evidentemente, não seria desse jeito. Porque o movimento estudantil tem limitações claras, evidentes e no momento em que outros movimentos sociais começam a surgir, naturalmente o próprio estudante sente que não tem mais sentido continuar com muito emboalo, com relação à luta política. A não ser que tudo isto seja acompanhado da presença e da participação de outros setores sociais que já estão envolvidos nesta luta. Aquele papel de «super-star» acho que foi um papel bastante conjuntural e particular, num momento que foi o primeiro semestre do ano passado, que não se repete e não tem sentido...

Os erros acumulados

Por outro lado, você colocar que por causa da mudança de conjuntura o movimento estudantil entrou em refluxo, é uma visão mecânica. Porque historicamente no Brasil e em outros países, nunca uma conjuntura de ascensão do movimento de massas implica no desenso e refluxo do movimento estudantil. Ao contrário. Se você vê antes de 1964, o movimento estudantil participava na luta mais geral, colocando inclusive bandeiras próprias como a Reforma Universitária, etc. Em outros países do mundo onde o movimento estudantil existe, ou chegou a existir, em momentos de ascensão ele não tem nunca o papel de estrela, de vanguarda nem pode. Mas ele participa ativamente, ele existe enquanto movimento social, inclusive em cima de suas questões particulares.

Por que o movimento estudantil não teve um papel mais presente este ano? Bom, a segunda razão, fundamental, foi o acúmulo de

erros que as direções em geral cometeram nos dois últimos anos. Se por um lado no mês de maio de 77 os erros estiveram compensados por uma grande percepção de quais eram as propostas justas, aí o movimento foi pro brejo. E o erro principal que a gente está localizando não, como dizem alguns, porque existem tendências no movimento. Não é porque «o estudante deixou de ver importância na luta política» ou «agora é só a luta específica», e não é, como dizem os companheiros da Liberdade e Luta, porque «a conjuntura mudou e a pequena-burguesia é reacionária mesmo» etc.

Não é nada disso, a gente acha que o fundamental é que a vanguarda se distanciou completamente. A pretensa liderança deixou de ser liderança, passou a atuar no movimento muito mais em função de sua tendência política, da sua concepção política e não ser liderança do conjunto dos estudantes, a partir de suas contradições. Essa liderança assumiu como um todo, (e nisso aí nós não enximos nenhuma tendência política mesmo as que não se dizem enquanto tal) uma concepção política de entidade como um instrumento de «passar sua posição», de «ganhar suas posições», etc.

Então o movimento está do jeito que está. Senão seria incoerente a gente propor liberdade partidária, porque se o fato de algumas pessoas se organizarem politicamente é ruim para o movimento, então está errado a gente propor que a sociedade civil se organize politicamente; seria um absurdo, um contra-senso.

O erro principal está exatamente na concepção política que estas tendências desenvolveram no movimento e não o fato delas terem se organizado.

Quebra-pau sem sentido

O que ocorreu muito nos encontros nacionais de Economia, por exemplo: se passava um dia inteiro discutindo se as forças produtivas estavam paralisadas ou não, se a burguesia nacional existia ou não, se a burguesia nacional existia ou não, com um conjunto de pessoas, que boa parte não acompanhava a discussão, para se chegar ao final do dia e votar uma moção que às vezes nem distribuída nas escolas era; e, quando era, servia pra ser colada no mural e as pessoas olharem e dizerem pra que serve isso? Deixava-se quinze minutos finais do seminário pra discutir encaminhamentos concretos das questões.

Do ponto de vista do movimento a questão da constituinte não tinha a menor importância ter sido discutida daquele jeito. Do ponto de vista do movimento eram outras questões que interessavam. Do ponto de vista das tendências que passaram a enxergar os encontros, a UEE, as entidades como instrumental da sua política, como aparelho mesmo, isto era o principal.

Essa concepção política incorreta que permeou todo o movimento, de norte a sul, sobre o que é uma entidade, o que é o trabalho que se deve levar, etc. Esta concepção errada é dominante na determinação de onde o movimento chegou, porque na medida em que a conjuntura muda, a consciência do estudante acompanha e a participação dos estudantes nestas eleições parlamentares demonstra que querem uma participação mais geral. O problema é que os estudantes acabaram se organizando para este tipo de participação fora das entidades, quase ninguém conseguiu organizar na entidade um processo de apoio a candidatos. O fato de os estudantes não quererem ir para as entidades mostra que elas viraram instrumento das tendências. O erro não está na existência de tendências, mas está na política que estas tendências tinham de interferência no movimento. Quando você deixa de ser liderança e passa a ser uma coisa externa, você deixa de perceber como é que a conjuntura interfere nas contradições concretas que estão sendo vividas.

Então são estas duas questões, sendo a primeira a principal, isto é, porque a gente não soube adequar o movimento estudantil à nova conjuntura. Quando digo a gente, digo toda a vanguarda. O saldo negativo, portanto, foi a gente não ter aproveitado todo o acúmulo de lutas, de consciência que aconteceu o ano passado e ter criado a UEE que é uma entidade de coordenação e não uma entidade de base, e não pode existir se não existe um trabalho de base. Veja a UEE, o DCE-USP, DCE-PUC, completamente esvaziados. Isto é um saldo negativo pois o ano passado tinhamos o DCE sendo a principal entidade. Como não se combinou essas generalizações do movimento com um trabalho cotidiano no sentido de ampliar a participação se acabou esvaziando inclusive o próprio movimento geral que tinha se criado. O fato de terem surgido novas lideranças não é negativo, é positivo. Estas novas lideranças estão mais próximas dos estudantes que as antigas lideranças.

A lógica dos empresários em 1978:

Democracia sim, sindicato livre não.

A liberdade que querem os empresários ficou bastante evidente nas últimas greves.

«Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla explicitação de interesses e opiniões, todado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformar-las num indesejável conflito de classe — o regime democrático.»

Assim se manifestaram oito empresários paulistas em 26 de junho de 78, logo após as greves do ABC: Claudio Bardella, Severo Gomes, José Mindlin, Antonio Ermirio de Moraes, Paulo D Arrigo Vellinho, Laerte Setubal Filho e Jorge Gerdaui Johannpeter.

As repercussões do «documento dos oito» logo se fizeram sentir, passando por alguns políticos da Arena e chegando até Renato Ticolat Filho

— presidente da Sociedade Rural Brasileira, uma das mais importantes entidades de classe do setor agropecuario. Desse modo, «os setores empresariais fecharam com «chave de ouro» as suas ideias democráticas, que vinham sendo expressas desde o segundo semestre de 1977. Claudio Bardella considera, inclusive, que estas manifestações já existiam desde 1969, so que a censura impedia que elas viessem a tona e «no momento em que houve liberdade de imprensa a ideia se alastrou.»

Evidentemente, do lado dos trabalhadores as reações foram de desconfiança, «pois quando os empresários falam em democracia, que ela não seja a democracia relativa, apenas para benefício deles», afirmava, na ocasião, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São

Bernardo, Luis Inacio da Silva, «Lula». As razões para essa desconfiança eram bastante evidentes. Em público, os empresários estavam defendendo uma «política salarial justa» que levasse «em conta o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade medidos da economia» e a «legítima negociação entre os empresários e trabalhadores».

Nas fabricas, durante as greves, tinham tentado impedi-la e recusado a negociação. Mais que isso, através da Federação das Industrias do Estado de São Paulo — FIESP — pediam a intervenção do Governo no movimento grevista pois «so assim sera restabelecido o imperio da lei e preservado, em consequencia, o principio da autoridade.»

Portanto, que democracia é essa que falam os empresários em 1978? «Aquele que traga segurança a sociedade... nossa preocupação e como garantir essa sociedade, como dar segurança a ela», responderia Renato Ticolat Filho. E dentro deste binômio — democracia-segurança — que a concepção democrática dos empresários parece atingir seus limites. Por isso que falam

em «liberdade sindical dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical», conforme aponta o «documento dos oito».

As greves consideradas reivindicatórias são toleradas, como admite Carlos Vilares. A liberdade sindical aparece como liberdade de negociação. Isto é, «livre jogo de mercado» (liberdade para a compra e a venda de força de trabalho), como claramente formula Henry Maksudov, presidente da Hidroservice e do Grupo Visão. E — ele vai mais além ameaçando: «Fala-se em liberdade sindical, mas os sindicatos, na verdade, não querem a liberdade. Os sindicatos querem que eles sejam liberados da obediência a lei, querem o monopólio do poder físico e econômico... querem a arma da greve para dela usar quando bem quiser.»

Sindicalismo ativado

É nessa questão que a porca torce o rabo. Anistia e algum tipo de Constituinte os empresários mais «liberais» ate aceitam, mas sindicatos livres e outra conversa. Assim, a propalada

modernização da estrutura sindical pode se reduzir ao que pensa o empresário baiano Adalberto Coelho. «O grande problema da abertura esta na area trabalhista. O Ministerio do Trabalho tera que exercer uma forte vigilância nessa area, para a coisa não desandar.»

Para uma burguesia que, desde 1930, começou a tecer as teias de um sindicalismo atrelado e que o mantém até hoje a todo custo, aceitar a livre organização sindical e um osso duro de roer. «O empresário não e contrario ao fortalecimento do movimento trabalhista e o que se deve procurar e o interesse comum», diria Claudio Bardella. «O interesse do operario e o trabalho. O do empresario e o capital. Os conflitos vao surgir, mas devemos administra-los». A administração dos conflitos cabera efetivamente ao Governo, como mostra a orientação da FIESP para «procedimento em caso de greve» (Ver EM TEMPO nº 43). «Tentar todas as formas colocar os grevistas na via publica... com esta providencia teremos a possibilidade de envolver o poder Publico...» (Luiz Nadai)

Negociata da Light

A escandalosa herança de Geisel a Figueiredo

Por Tom Duarte

Consumada a mais vexatória operação de entreguismo — a compra da Light pelo governo brasileiro por 380 milhões de dólares — as oposições se fazem a clássica pergunta: o que fazer, diante da maior negociata do século? Este semanário ouviu de três conhecedores do assunto a proposta de que se mova uma ação popular na justiça contra o governo. Nestas duas páginas, os depoimentos de cinco entrevistados, a história da escandalosa operação e um artigo evidenciando como as empresas estatais vêm evoluindo para o favorecimento das grandes empresas estrangeiras.

Cinco opiniões decididamente contrárias à mamata que fechou 1978.

João Cunha, deputado federal pelo MDB-SP.

1 O governo cortejou a pilantragem empresarial colonialista.

O governo não mostrou à nação qual o ativo e qual o passivo da empresa. Comenta-se — isso deve ser esclarecido — que os encargos sociais, o Imposto de Renda e outros débitos da empresa, além de suas dívidas no exterior, equivalem a grande parte do que está sendo pago

Qualquer negócio dessa ordem tem que ser precedido de uma auditoria muito rigorosa, que levante o ativo e o passivo, que levante suas responsabilidades com o país e com os cofres públicos.

Considero a compra da Light como mais uma concessão do regime a pressões dos capitais internacionais, que compromete duramente o Brasil. Se é verdade que a Light perdeu sua capacidade de continuar prestando seus serviços, a atitude mais racional e seria teria sido afastá-la das funções empresariais exercidas e não a de dar satisfações ao capital internacional, através da aquisição de ações.

Este foi o pior presente que Geisel poderia ter dado à nação, no ano que passou: tirou da boca de milhões de famintos o dinheiro que entregou a boca voraz do capital estrangeiro.

Não tenham dúvida que vou propor a direção do MDB a constituição de uma CPI, que esmiuçara as entrelinhas desse negócio transado no silêncio dos gabinetes ministeriais. Antes de 1964, qualquer atitude dessa ordem era considerada entreguista, inaceitável: hoje, essa gente tem a cara de ir a imprensa dizer que o país fez um bom negócio. Em país de governo sério isso nunca aconteceria.

Foi um ótimo negócio para a Light sem dúvida. Só pode-se entender quem com um patrimônio avaliado em mais de um bilhão de dólares pelo próprio governo ela entregue por 380 milhões de dólares, se considerarmos que até o final da concessão ela teria que investir perto de bilhões de dólares na conservação de suas linhas. A Light ninguém seja ingênuo, não perdeu nada

Modesto Carvalhosa, advogado e professor de direito comercial na Universidade de São Paulo.

2 Imoral, ilegal, inconstitucional, lesiva ao povo, e altamente suspeita.

O artigo 17º da Constituição Federal declara que: «apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará ou explorará diretamente atividades econômicas». A luz desse artigo, podemos fazer algumas considerações:

1º - A aquisição da Light, nos termos em que foi proposta pelo governo, contraria a própria Constituição que o governo autoritário criou. É ilegal, sem fundamentação jurídica, portanto.

2º - O Estado não pode negociar com o dinheiro público. Se houve deficiência na prestação de serviços de parte da Light, caberia ao governo executar o contrato de concessão, assumindo o controle da Companhia mediante o pagamento apenas residual do valor do ativo. Ao invés dos 400 milhões de dólares que seriam pagos e mais os 700 milhões de dólares a serem assumidos referentes as dívidas no exterior, a indenização não deveria ultrapassar os 10 milhões de dólares, dado o caráter obsoleto do equipamento. Entretanto, tal hipótese não corresponde à realidade, pois a Light não está infringindo o contrato e presta seus serviços normalmente.

Uma outra hipótese a ser considerada, seria se a Light estivesse defici-



João Cunha

Temos que mobilizar a opinião pública, esbravejar contra esse ato escandaloso, impedir que outros desse tipo se concretizem. Além da CPI, devemos entrar com uma ação popular que, acredito, não se deva limitar a nível ministerial, mas que tem que ser tratada a nível presidencial, pois o próprio presidente da República está envolvido.

Por outro lado, estranho profundamente o silêncio da direção do MDB, tanto a nível estadual, quanto a nível nacional. Onde está o Natal Gale? Onde está o Ulysses Guimarães? O que disseram com relação à essa negociata da ditadura? Estão vendendo a nação e a direção do partido está preocupada com transações políticas com o governo, preocupada em encontros com o general Figueiredo, em conciliação nacional, etc.

A própria negociata, a maneira como foi conduzida, e prova evidente de que é impossível qualquer diálogo com o regime, ao mesmo tempo em que mostra a imperiosa necessidade de se estabelecer a democracia no país. Essa gente que dirige o país não deixou de fazer cortesia a pilantragem empresarial colonialista que se desinteressou de ocupar um espaço que já ocupou antes ou dele foi afastada pelos novos esquemas de ocupação econômica.

Como brasileiro e como deputado, devo dizer que sinto vergonha e indignação. Não sei como essa gente que está no governo ainda tem coragem de olhar para o povo brasileiro.

Modesto Carvalhosa, advogado e professor de direito comercial na Universidade de São Paulo.

2 Imoral, ilegal, inconstitucional, lesiva ao povo, e altamente suspeita.

O artigo 17º da Constituição Federal declara que: «apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará ou explorará diretamente atividades econômicas». A luz desse artigo, podemos fazer algumas considerações:

1º - A aquisição da Light, nos termos em que foi proposta pelo governo, contraria a própria Constituição que o governo autoritário criou. É ilegal, sem fundamentação jurídica, portanto.

2º - O Estado não pode negociar com o dinheiro público. Se houve deficiência na prestação de serviços de parte da Light, caberia ao governo executar o contrato de concessão, assumindo o controle da Companhia mediante o pagamento apenas residual do valor do ativo. Ao invés dos 400 milhões de dólares que seriam pagos e mais os 700 milhões de dólares a serem assumidos referentes as dívidas no exterior, a indenização não deveria ultrapassar os 10 milhões de dólares, dado o caráter obsoleto do equipamento. Entretanto, tal hipótese não corresponde à realidade, pois a Light não está infringindo o contrato e presta seus serviços normalmente.

Uma outra hipótese a ser considerada, seria se a Light estivesse defici-

competente a sustação liminar da transferência do dinheiro do povo brasileiro para a Light e das ações dessa Companhia para o governo federal. A ação popular, a meu ver, e muito mais eficaz e mobilizadora da opinião pública do que a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como foi proposta pelo senador Franco

Montoro, dada a morosidade e a ineficácia das CPIs.

Finalizando: é inacreditável que tal transação possa ocorrer num país como o Brasil, e uma total falta de respeito para com o povo. Em qualquer outro país, um fato como este seria fator de instabilidade política e de forte reação popular.

Saturnino Braga, senador pelo MDB-RJ

3 A estatização era necessária. Mas tudo depende das condições. E o Congresso devia aprovar antes.



Saturnino Braga

O destino da Light era, efetivamente, sua encampação pela ELETROBRÁS. Avaliar o ato do governo, depende dos termos da negociação. Repito, a encampação dos setores vitais como o da energia elétrica, é uma necessidade. Tudo depende das condições. É claro que a proximidade do encerramento do prazo de concessão da Light aconselharia a que essa encampação não fosse feita agora, mas sim no momento que o prazo de encerramento chegasse, ainda mais que o País está numa situação crítica do ponto de vista de investimentos prioritários. Com o término da concessão, a encampação seria feita sem dispêndio nenhum para o País, como reza o contrato.

Entretanto, e preciso considerar a realidade. Um país que deve 40 milhões de dólares e que está pedindo ingresso no clube das Nações ricas, está pagando muito caro esse ingresso, como o demonstram os subsídios cada vez mais altos para nossas exportações, a concessão de inúmeras vantagens ao capital estrangeiro. E da lógica desse projeto que é o projeto do governo atual, fazer essa compra sem atritos, com plena satisfação da outra parte.

Dentro desse objetivo, que é contrário às nossas aspirações como opositoristas, mas que é o projeto governamental, não se pode dizer que o preço tenha sido elevado. Dentro dessa lógica, que é a lógica da opção entreguista e de internacionalização da economia do País, não foi uma opção ruim.

Hélio Fernandes, diretor da «Tribuna da Imprensa», um dos jornalistas que mais alertou contra a possibilidade da negociata.

4 No meio militar há irritação e revolta, que não afloraram pela rigidez da disciplina.

Embora a transação com a Brascan esteja consumada, creio que ela ainda vai provocar muitos reflexos na vida do país. Até mesmo com relação à formação do governo Figueiredo: comenta-se que a permanência do general Golbery ficou comprometida porque ele participou e encaminhou a transação sem dar conhecimento ao general Figueiredo. Este, em entrevista à imprensa, na semana passada, disse que não teve

conhecimento prévio da compra da Light.

Pretendo encaminhar uma ação popular, não em nome da Tribuna da Imprensa, que dara todo apoio a ela, mas através de um «pool» de advogados e juristas de renome, como Haimundo Faoro, Seabra Fagundes, Modesto Carvalhosa, que fariam sustentação a ação popular e lhe dariam uma maior repercussão. Aliás, já tivemos uma ação popular contra o

governo de Minas Gerais, há uns 10 anos e vencemos.

A venda da Light, como já escrevi em muitos artigos, obedece a técnica empregada pelas concessionárias estrangeiras de serviços públicos: sugam ao máximo o negócio e depois passam adiante ao governo, quando seu patrimônio está obsoleto. Basta ver a frase descarada de Antônio Galloti, do Conselho da Light que rindo, sem o menor escrúpulo, afirmou em Nova York que «já vendi bonde, telefones, gás e agora luz. Não tenho mais nada para vender».

Torna-se impossível fazermos o levantamento do quanto o país já foi espoliado pelo grupo Brascan, quanto de dólares foi remetido para o exterior, seja no câmbio oficial, seja no câmbio negro. Aliás, a prática da Light não é só dela, e comum as multinacionais que se instalaram no país, como a indústria automobilística: investem quase nenhum níquel e obtêm grandes lucros, enquanto o país se empobrece.

Creio que é positivo a instalação de uma CPI para apurar essa venda escandalosa. Mas não se deve ter muitas esperanças, ela não tem poder executivo, será instalada daqui a uns 90 dias quando a última parcela do débito com a Light já tiver sido saldada. Mas, de todos os modos, ela pode funcionar mais ao nível da denúncia, mostrar quem favoreceu quem, quem mais trabalhou para entregar a Light, se foi Ueki, Simonsen, Golbery, ou o próprio Geisel.

Isso do coronel Ludwig vir afirmar que o governo não poderia esperar pela caducidade dos prazos de concessão porque eles são variáveis, de 10 a 30 anos, e conversa fiada. A concessão da Light, para todo o país, vence daqui há 11 anos, em 1990. Outra e a de que em dois anos, os lucros da Light seriam superiores ao valor da compra. Quem disse isto foi Galloti. Ora, se ele tivesse tanta certeza disso, é lógico que ele não venderia, a troco de que ia entregar, assim sem mais, esse dinheiro para o governo brasileiro.

Outra alegação, mesmo dos que como alguns jornais da grande imprensa são contrários à estatização, da Light e a de que o governo asfixiou a empresa, as tarifas não acompanharam as suas necessidades de recursos, etc. Ora, a empresa tem um lucro garantido, de 10% ao ano, incluído em sua

tarifa, cláusula que esteve vigente durante mais de 70 anos aceita pacificamente pela empresa. Há uns cinco ou seis anos eles melhoraram um pouco esse percentual, elevando-o para 12% ao ano. Isto é, a Light só poderia ter um lucro anual de 12% ao ano. Mas se formos ver os balanços de 1975 e 1976, veremos que esse lucro foi de 25% e 26%, respectivamente. A diretoria da Light devia estar é na cadeia, diante disso. Mas é lógico que a grande imprensa denuncie as «pressões» contra a empresa, pois ela faz parte desse sistema econômico da qual a Light é um dos expoentes. Como dizer que o governo «asfixiou» a Light, se ele deu aval para empréstimos de mais 800 milhões de dólares, contraiados sob o pretexto de investir na rede interna e que contribuiriam para elevar a dívida externa do país? Dinheiro esse, cuja metade ficou no exterior e a outra metade foi investida na especulação financeira, no «open market», mas nunca no reequipamento de suas redes.

A venda da Light, da maneira como foi feita, esta gerando indignação nacional. Somos a favor da estatização desse tipo de serviço, mas ele tinha que passar de graça para o país. A oposição em escalões importantes da administração foi muito grande: basta ver que, da diretoria da ELETROBRÁS, empresa que deve assumir a Light, 11 membros ficaram contra e apenas dois a favor.

Nos meios militares há muita irritação e revolta. Mas elas não afloram publicamente, pois estão envolvidos por um círculo de disciplina e hierarquia. Mas é certo que estão contra esta negociata de fim de ano feita com o Congresso fechado e coincidente com o fim do AI-5, para minimizar o seu impacto.

E como não estar, se não podemos esquecer que a Light sempre simbolizou o pior capitalismo estrangeiro, sendo conhecida como o «polvo canadense»? Há 20 ou 30 anos, quando os estudantes saíam as ruas, a primeira coisa que faziam para manifestar seu inconformismo era depredar e incendiar os bondes da Light. A Light ficou no país. Deixou de ser o «polvo canadense», para tornar-se uma multinacional, tão exploradora de nossa economia como as demais.

Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo e dirigente do DIEESE

5 A absorção só interessaria aos trabalhadores num quadro de abertura política.

Há alguns aspectos a considerar quando se discute a compra da Light pelo governo. Se pensarmos do ponto de vista imediato dos trabalhadores e de suas entidades sindicais, historicamente temos visto que sempre e mais fácil dialogar com o setor privado (independentemente da nacionalidade) do que com o setor estatal e as empresas de economia mista. Enquanto o setor privado aceita dialogar com os trabalhadores, mesmo que as concessões sejam secundárias — as empresas ligadas ao Estado são totalmente avessas a negociação, a partir de uma posição de força, mostram-se autoritárias e refratárias ao diálogo. Em muitos lugares, sequer se dignam receber os dirigentes sindicais, tolhendo de todas as formas a sua atuação.

Portanto, enquanto perdurar a situação política atual, tememos as consequências de uma compra desse tipo.

Em segundo lugar, temos que ver o ponto de vista do País: é, realmente, muito mais interessante que a empresa reinvesta aqui os seus lucros, na expansão e melhora de seus serviços do que se os exportasse, como o faz uma empresa como a Light, subsidiária da multinacional canadense Brascan. Isso, inclusive, poderia ser feito através da venda da empresa a um grupo particular nacional, mas tenho minhas dúvidas de que algum grupo privado brasileiro seja capaz de sustentar investimentos de mais de oito bilhões de cruzeiros anuais só para a expansão,

como deveria ser feito pela Light. A tentativa da EMBRAPAR, há alguns anos, me cheirava a negociata: queriam imediatamente aumento de tarifas, não apresentaram um plano claro de expansão, exigiam forte apoio governamental. Em caso de colapso, evidentemente, apelariam para que o governo assumisse a empresa.

Uma absorção da Light pelo governo (não nos termos que estão propostos) só interessaria aos trabalhadores num quadro de abertura política, onde tivéssemos conquistado um espaço que nos permitisse negociar livremente com a direção da empresa nacionalizada e que esta abdicasse de suas posições autoritárias que como já frisei, ocorre na maioria das estatais. Numa situação, inclusive, onde se pudesse reivindicar uma participação dos próprios trabalhadores na gestão da empresa, decidindo sobre todos os aspectos de sua atividade, não só com relação aos salários e condições de trabalho, como também frente as próprias atividades produtivas da empresa (suas opções de investimento e alocação de recursos, etc.)

Dessa forma, com um maior poder de intervenção dos trabalhadores e com uma modificação da postura das direções das empresas de propriedade do Estado, haveria uma coincidência entre os interesses imediatos dos trabalhadores e os da nação, no sentido de um maior controle sobre seus serviços essenciais, como o da energia elétrica.

Orgia com o dinheiro público. "Geisel tirou da boca de milhões de famintos o dinheiro que entregou à boca voraz do capital estrangeiro", acusa o deputado João Cunha, do MDB-SP.

«Rio de Janeiro, cidade que me seduz de dia falta água, de noite falta luz», já dizia, nos bons velhos tempos, um marchinha carnavalesca de sucesso. É verdade que já não se fazem mais marchinhas de carnaval como antigamente. Mas, negativamente, o Rio de Janeiro, ou mais do que ele, o Brasil, ainda continua seduzindo e fazendo a felicidade da Light, responsável pelo menos no que se referia à falta de luz, pela alegre reclamação do poeta popular. Pois não é, que quando o Carnaval de 1979 chegar, o grupo canadense Brascan terá uma nota firme no bolso. 380 milhões de dólares que prodigamente lhe foram ofertados pelo governo brasileiro.

Como diria um cronista esportivo, foi no apagar das luzes do espetáculo que o negócio se concretizou. O espetáculo ou melhor dizendo, o drama, é sem dúvida alguma, o governo Geisel, que certamente passará para a História como um dos mais obscuros (sem trocadilho) mais antipopulares e lesivos aos interesses nacionais de tantos quantos já se sucederam na vida do País. Cuidadosamente preparado para ser anunciado no final de dezembro em meio à euforia e a descontração das festas natalinas e de fim de ano, com um congresso em recesso, o plano só não foi perfeito por que houve «vazamento» na informação, que acabou transpirando na imprensa. Mas, pese aos ainda tímidas manifestações de protesto e de mal estar generalizado, o «ato de arbitrio» de governo, a que se referiu o indigitado ministro das Minas e Energia, Sigheaki Ueki acabou se concretizando. E a esta altura, os donos estrangeiros da Light já devem estar contando os 210 milhões de dólares que receberam como primeira prestação, enquanto aguardam ansiosamente a segunda parcela de 170 milhões de dólares a ser paga daqui a 90 dias.

Blitzrieg

Foi uma operação tipicamente militar, no melhor estilo das «blitzrieg» empregada pelos exércitos alemães na Segunda Guerra Mundial. Em poucos dias, — menos de um mês sendo do conhecimento de alguns poucos representantes do governo federal e da direção da Light, a proposta foi concretizada. Basta dizer, que até mesmo o presidente da Eletrobrás, Arnaldo Barbalho, ficou à margem das negociações, sabendo dela praticamente apenas no momento da assinatura da autorização de compra, pelo general Ernesto Geisel. Um pequeno detalhe, que talvez fosse da maior importância: é justamente a Eletrobrás quem controla a maior parte do fornecimento e distribuição de energia elétrica no Brasil e quem deverá assumir, em definitivo, o controle do patrimônio deixado pelo grupo canadense. Um segundo detalhe, de não menos importância: dos 13 diretores da Eletrobrás, afirma-se que 11 deles estão totalmente contra a operação, que já tem de antemão garantida, o título de maior negociata de todos os tempos na história brasileira (e negociatas é o que não faltou: AMFORP, Mannesman, Banco Econômico, Caso Lume, Atalla, Lutfalla e todos os «alas» etc) só para ficar em alguns mais conhecidos.

Antecedentes

E a direção da Eletrobrás, assim como os técnicos da empresa bem como a opinião pública tinham toda a razão em estar contrários ao acordo. Afinal de contas, em 1976, quando um grupo de empresários inspirados por dois diretores da Light, os advogados Raphael de Almeida Magalhães e José Luiz Bulhões Pedreira resolveram constituir uma empresa, a Embrapar para assumir o controle acionário da principal fornecedora de energia elétrica da região Sudeste (a Light detém praticamente o monopólio do fornecimento de energia para o Rio e São Paulo, filé mignon do setor, correspondendo a cerca de 45% da energia consumida em todo o País), ela encontrou forte oposição de parte justamente da Eletrobrás.

Tudo havia começado quando, em 1975, o ministro Ueki resolveu promover um secretíssimo seminário sobre energia elétrica, onde, pela primeira vez foi ventilada a possibilidade de compra da Light. Imediatamente, o então presidente da Eletrobrás, engenheiro Mário Behring que a vinha dirigindo desde 1964 (trata-se de pessoa insuspetíssima portanto) botou a boca no mundo, denunciando a pretensão de Ueki como lesiva aos interesses nacionais. Supervalorização do ativo da empresa, usinas e instalações obsoletas, algumas com mais de 30 anos de funcionamento, com problemas, inclusive, para reposição de equipamentos, de pequeno porte e sem capacidade de expansão, além do abandono e descaso com que a empresa vinha tratando da manutenção de suas linhas de transmissão prejudicando

seriamente uma distribuição mais eficiente de energia nas regiões por ela servidas, foram os motivos que provocaram a oposição dos técnicos da Eletrobrás, Behring, é bom lembrar, teve sua cabeça cortada pelo ministro das Minas e Energia, perdendo seu posto de presidente.

Balão de ensaio

Mas a associação Ueki/Light não era de desistir facilmente. Logo em seguida é que veio a Embrapar: apesar da bomba teoricamente ser transferida para um grupo privado, mais do que certamente isso não ocorreria. Pois a empresa, composta por 20 grandes empresários nacionais (Villares, Ermirilio de Moraes, Gomes de Almeida Fernandes, Camargo Correia e outros) teria um capital registrado de 100 milhões de cruzeiros (cada sócio entraria com uma cota de 5 milhões de cruzeiros), ou seja, menos de US\$ 6 milhões, quando o preço a ser pago à Brascan, pela Light seria de US\$ 563 milhões em 20 prestações pelo prazo de 10 anos. Evidentemente, o aval seria do governo brasileiro, que também se comprometeria a investir todo o montante que lhe caberia a título de imposto de renda e taxa de aval, em ações da Embrapar.

Como o projeto da Embrapar não oferecesse nenhum detalhe sobre os planos de investimentos a serem feitos e como parecia mais do que evidente que o governo federal, a médio prazo teria que assumir o controle da empresa (seus acionistas poderiam beneficiar-se da diferença patrimonial registrada no período em que a controlassem), o negócio acabou descartado como afirmou ao Em Tempo, o dirigente sindical Hugo Perez, a transação cheirava a «negociatas».

Mas, na realidade, tudo não passava de um «balão de ensaio» lançado pela Light para testar a reação tanto nos círculos governamentais como no interior das próprias Forças Armadas. Afinal, Raphael de Almeida Magalhães e Bulhões Pedreira não eram funcionários da empresa? E o

próprio Almeida Magalhães, tão logo transpirou a notícia das negociações entre a Eletrobrás e a Light, se apressou em considerá-la muito boa e oportuna, de interesse da nação.

Insistência

«Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura». Verificadas as áreas de resistência e as alegações e razões do que se opunham à transferência da Light, o negócio foi deixado, num primeiro momento, em «banho-maria», aguardando uma ocasião mais oportuna. E nada mais oportuno do que um fim de governo que poderia assumir o desgaste que fatalmente provocaria essa transação, desobrigando o próximo presidente, general Figueiredo, de descartar esse «abacaxi» eliminando mais um ponto de atrito para o seu futuro e provavelmente conturbado período de governo.

E aí surge a efetiva venda da Light. O governo paga 380 milhões de dólares, mais 56,4 milhões de dólares referentes ao Imposto de Renda devido na operação, ao mesmo tempo em que assume perto de 800 milhões de dólares de dívidas contraídas no exterior pela empresa, nos últimos três anos.

E manda o coronel Ludwig informar à opinião pública que foi um ótimo negócio para o País: afinal, diz a versão oficial, o patrimônio da Light vale mais de um bilhão de dólares, e o governo só pagará 380 milhões.

Tanta gentileza e tanto despreendimento da Light, abrindo mão de 600 milhões de dólares, não engana ninguém. Nem as declarações do testa-de-ferro da empresa no Brasil, Antonio Galloti, de que em dois anos, com os lucros, a Light estará se pagando. Como lembra Helio Fernandes, se a certeza e tanta, porque e que ele não permanece com a empresa? Será a Light cansou de ganhar dinheiro e passou agora a se constituir numa entidade de benemerência?

A verdade é bem outra. Qualquer tostão furado pago a Brascan já seria muito, caso o governo brasileiro resolvesse fazer valer os seus direitos. Para começar, já é mais do que notório que nos próximos 10 anos, a empresa teria que investir perto de 3 bilhões de dólares para manter em funcionamento a rede atual de energia elétrica e promover a sua expansão necessária. E dentro de 10 anos, concluídos os investimentos, ela reverteria, graciosamente (de graça) ao governo brasileiro, pois, em 1989 se encerra o prazo de concessão para a exploração dos serviços de luz e energia na região sudeste. Quem vai investir uma nota segura dessas, sabendo que vai perder todo o investimento. Ninguém, muito menos o velho «polvo canadense» como foi conhecida a Light nos velhos bons tempos. Como diria o filósofo Ibrahim Sued: «cavalo não desce escada».

Confisco

Como mostra o jurista Modesto Carvalhosa, se é verdade que a empresa não presta satisfatoriamente um serviço que é concessão pública, nada mais simples e justo de que o governo, assuma o controle sem indenização, da empresa, pois, ao não prestar o serviço, ela está descumprindo o próprio ministro Sigheaki Light, perdão, Ueki, ao afirmar que o «serviço da concessionária vem piorando sensivelmente nos últimos anos». Portanto, num momento em que novos ventos parecem soprar na conjuntura política, em que o regime balança e que uma mudança mais profunda não é uma simples conjectura, mas uma possibilidade bem plausível, nada mais certo (para o grupo canadense, e lógico) que correr contra o tempo, empurrando por um dinheiro garantido agora, o que amanhã ou depois pode se transformar em dinheiro algum. Em se tratando de multinacionais, quem corre menos voa.

A história se repete

E certo que em forma de farsa ou tragédia, já se escreveu um velho crítico das Lights e dos Brascans da vida. Porque a operação fraudulenta como essa tem antecedentes bem próximos, entre nós. E só consultarmos os arquivos e verificarmos o que ocorreu, por exemplo, com a American & Foreign Power, mais conhecida como

Amforp, que desde o final da década de 20 passou a operar (coincidência) no setor de energia elétrica, ao lado da Light. Em 1963, às vésperas do fim de sua concessão, num momento em que (também por coincidência) deveria efetuar pesados investimentos, conseguiu convencer o governo João Goulart a assumir um compromisso de compra do seu acervo (leia-se ferro velho). Papel de destaque teve o então embaixador brasileiro em Washington, Roberto de Oliveira Campos, quem convenceu Jango das excelências do negócio.

Houve uma forte reação a princípio e somente a 1º de julho de 1964 com a derrubada de Goulart, sob o governo Castello Branco do qual Roberto Campos era o todo-poderoso ministro do Planejamento, e que a negociação foi concretizada, ao preço de 134 milhões de dólares. Pela demora entre a assinatura do compromisso de compra e sua efetivação o governo brasileiro teve que pagar uma multa de 10 milhões de dólares.

Mas a Amforp não estava sozinha. Logo a seguir veio a mesmíssima Light, então proprietária da Companhia Telefônica do Estado da Guanabara que através de ardis e manobras, conseguiu vendê-la por 96 milhões de dólares. A situação calamitosa era a mesma que a da Amforp: os serviços telefônicos do Rio eram pessimos, milhares de pessoas esperavam nas filas por seus telefones. Conta-se, inclusive, que ao fazer uma revisão das linhas subterrâneas, os dirigentes da empresa estatal que assumiu o controle da telefônica ficaram literalmente atrelados (sem trocadilho, sem trocadilho): os cabos e fios estavam todos podres, sem a menor condição de funcionamento. Era lógico que tal ocorresse, pois ninguém fez o menor levantamento das instalações da empresa encampada.

Ação popular

«Quando suas máquinas estavam impreatáveis, suas concessões vencidas ou a vencer, a Amforp entregou tudo ao governo brasileiro, recebendo em troca centenas e centenas de milhões de dólares, que investiu em negócios mais lucrativos e que não tinham a incômoda limitação dos lucros das concessionárias de energia elétrica», escrevia já em 1969, o jornalista Helio Fernandes, na Tribuna de Imprensa, do Rio.

E pareceria uma terrível coincidência com o que ocorre com a Light que vai logo, logo, investir seus ricos dólares na compra de empresas nacionais (como fez com as indústrias de conservas Peixe), aplicar em empresas como a Fabrica Nacional de Vagões, na Skol-Caracu, Swift-Armour, em bancos ou empresas de mineração ou no quentíssimo «open market». Segundo as últimas estimativas, num investimento total de perto de 480 milhões de dólares. Mas não é tao coincidência assim: o mesmo Helio Fernandes já alertava para o precedente que a Amforp abria e que inevitavelmente seria seguido por suas «acirmas»:

«Vejam bem o terrível precedente que se criou para as empresas concessionárias de serviço público, nacionais ou estrangeiras. Não desejando mais continuar no negócio, considerando mais vantajoso que o governo compre seus acervos, basta que descumpram as cláusulas do contrato, se desinteressem por ele. Então, em vez de serem punidas, de responderem financeira e economicamente pelos danos causados ao contribuinte, serão favorecidos. Sairão do negócio tranquilamente, com os bolsos cheios de dinheiro».

O negócio foi concretizado, Light/Ueki distribuiu sorrisos de orelha a orelha. Entretanto, esse sorriso poderá ficar amarelo, caso a reação da opinião pública, dos sindicatos de trabalhadores aos intelectuais, passando pela imprensa independente e pelos parlamentares mais combativos seja vigorosa, caso não se aceite uma vez mais, passivamente a impunidade para uma negociata tao escandalosa.

O caminho parece ser apontado nesta edição pelo deputado federal do MDB-SP João Cunha, pelo jornalista Helio Fernandes e pelo jurista Modesto Carvalhosa: que se mova uma ação popular contra a União exigindo a suspensão da transição e sua revogação, ao mesmo tempo em que se inicie uma campanha de amplo esclarecimento e de mobilização da população, particularmente os trabalhadores que, em ultima instância e quem pagarão os dólares com os quais se locupletam os beneficiários dessa negociata.

E que podera ser complementada com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue e apure pormenorizadamente as responsabilidades a nível governamental e os atos de favorecimento decorrentes dessa operação.

A reação popular será importante para demonstrar aos detentores do poder o repúdio do povo brasileiro ao regime e aos grupos econômicos que o sustentam e deles se beneficiam. E que não pretendem mais continuar pagando as custas de seu suor e seu trabalho, as contas das orgias que se multiplicam no país.

Não, dona Light, não seu Ueki, brasileiro no ser muito bonzinho.



Estatização para quem ?

Hoje, a «coisa pública» não mais existe no País. O estado capitalista transformou os serviços públicos em verdadeiras atividades lucrativas, contrárias portanto aos interesses sociais da maioria do povo. Cabe então perguntar: o que a oposição propõe no caso da Light?

De repente, pelo menos na aparência, a compra da Light pelo governo conseguiu unir num mesmo coro opositorista a todos os segmentos da sociedade brasileira. Dos trabalhadores aos grandes empresários, passando por vários setores das camadas médias, ouviu-se declarações variadas sobre a transação governamental, porém todas, em alguma medida, na mesma direção contrária a compra, pelo menos nos moldes como ela foi feita.

De volta ao nacionalismo?

Estariamos então de volta aos tempos passados, vendo ressurgir agora uma autêntica Frente Única Anti-imperialista, numa aliança de toda a nação contra o governo entreguista ao imperialismo?

Na verdade isto não passa de mera aparência. Além do aspecto episódico e circunstancial desta «aliança», a qual não vem sendo uma constante ao longo de vários acontecimentos parecidos, não configurando portanto uma tendência, um movimento, além disto, há mesmo no caso específico da compra da Light, razões profundamente divergentes por trás desta «santa aliança» nacional.

Do lado da burguesia, dos empresários, é fácil ver suas motivações, e por decorrência suas propostas para o caso. Além de sentirem-se frustrados ao verem fechado o caminho para tentarem uma aquisição privada da Light, nos termos

da que propuseram há mais tempo através da EMBRAPAR, assistem agora, neste momento de crise econômica, à diminuição de 23 bilhões de cruzeiros do fundo de recursos estatais onde habitualmente mamam. A orgia freudiana nos seios do estado, para recuperar uma feliz expressão do economista Francisco de Oliveira, se já começava a azedar neste momento de crise econômica, de fim de bacanal talvez, agora se tornará ainda mais concorrida, pois o leite secou um pouco.

Os empresários querem mamar

É claro que a fonte é inesgotável, pois aí estão os trabalhadores para produzirem, inflando novamente, repondo, as tetas estatais. Mas e sempre uma dificuldade adicional, principalmente nestes tempos de abertura política.

Portanto, a postura opositorista dos empresários não tem nada de anti-imperialista, e em nenhuma medida esta voltada para a reivindicação de critérios sociais para a gestão do bem público. O que há é uma ponta de dor de corno, no tom da já desgastada campanha anti-estatização; mas mesmo isto e secundário. O fundamental é a disputa entre os próprios pares da burguesia, pelos recursos do estado, que agora se vera em alguma medida, ainda que pequena, dificultada.

Tanto assim, que diante do descalabro do escândalo, os órgãos da grande imprensa burguesa não conseguiram levar sua postura opositorista além da reivindicação de que a coisa fosse feita com mais publicidade, e não as pressas e as escondidas como ocorreu. Ou seja, queriam saber como foi que a Light conseguiu, e com isto aprender, quem sabe, o Know How e os meandros das conspiratas de porte internacional.

Os trabalhadores pagam o pato

Do outro lado da «santa aliança» contra o governo, os trabalhadores e demais setores populares, têm razões inteiramente diversas para estarem contra o escândalo. Não há porque serem contra a estatização em si da Light; pelo contrário. Isto se entendermos por estatização a apropriação do serviço público pelo estado para geri-lo pelos critérios do interesse social.

O que ocorre no entanto e que neste caso não houve nada de estatização. O estado soltou dinheiro a rodo para o grupo canadense. Comprou-o por uma soma superdimensionada, e não, o encampou. E isto para manter sua boa «fama» no mundo internacional dos negócios, do qual e umbilicalmente dependente. E mais, apropriou-se da Light, para, seguramente, passar a geri-la pelos mesmos critérios que administra sua rede de atividades, os quais não têm nada de social.

Pois tem sido uma constante do estado pós-64 a transformação de estilo de gestão das empresas estatais. De empresas subsidiadas, e portanto orientadas no sentido da prestação de serviços mais baratos para a população, elas foram alteradas de cima a baixo, passando a operar como verdadeiros competidores capitalistas. Na perseguição dos padrões de lucratividade, nas suas relações internas de trabalho, da obtenção de recursos via o sistema financeiro tradicional, da fixação de prioridades mais rentáveis para a alocação de seus recursos e investimentos etc.

Esculhambação popular

Basta ver o que são hoje a Petrobras, as redes de transporte ferroviário, o desenvolvimento das telecomunicações, e descendo para o lado do povo, os planos, habitacionais, a infraestrutura urbana em geral em particular os sistemas de transporte, a medicina, o ensino etc. Tanto pelo que escolhem produzir, como pelo como o fazem e para quem, por tudo isto não há o critério de interesse social mas sim o da lucratividade capitalista.

No caso específico dos serviços de energia elétrica esta deformação capitalista da coisa pública é patente. As prioridades em termos de expansão da rede elétrica estão sempre na direção das classes mais ricas que mais rapidamente e melhor podem pagá-las. As tarifas pagas pelos consumidores já são vulgarmente conhecidas

como caloteiras, além de numa simples penada, sem a menor interferência ou discussão populares, serem aumentadas sistematicamente. E no caso específico da concessão a Light, a cumplicidade do governo com a sua história de transições dos mais variados tipos, esta a demonstrar o modo como o estado burguês encara a coisa pública.

Estatização popular

Assim, o que houve no caso não foi estatização, e sim esculhambação popular. E diante disto a resposta dos setores populares não pode ser outra senão a da estatização sob controle popular. É preciso denunciar este estado o mais amplamente possível. Demonstrar sua natureza contrária aos interesses públicos e cativa dos grandes empresários. E isto só será feito de modo consequente se diante de fatos como este agora, a oposição souber levantar alternativas que apontem nesta direção.

É claro que esta é a direção da própria destruição deste estado e da transformação social no rumo do socialismo. E é por isto mesmo que, se não desejamos reeditar as Frentes Únicas Anti-imperialistas do passado, devemos colocar permanentemente diante dos fatos, aquelas alternativas que apontem para o futuro. Pois repetindo Francisco de Oliveira, «os votos populares recentes estão aí gritando: os peitos são nossos».

Flávio Andrade

PERU

A Constituição,

por Hugo Blanco.

Esta semana voltou a funcionar a Assembléa Constituinte peruana. Aqui está o anteprojeto de Constituição proposto por Hugo Blanco, principal líder da FOCEP Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular, o movimento que obteve o terceiro lugar em número de votos nas eleições para a Constituinte no ano passado. O anteprojeto foi publicado na revista mexicana Coyoacan. Sobre a questão da Construção Partidária no Peru, publicamos um debate promovido com as principais organizações de esquerda do país o Partido Socialista Revolucionário (PSR), atualmente dividido em dois, não foi ouvido, apesar de, nas eleições, quando ainda estava unido, ter sido a organização individualmente mais votada da esquerda. O debate foi originalmente publicado na Agência Latino-Americana d'Information, com sede no Canadá.



Bases para a Constituição do Peru (anteprojeto)
HUGO BLANCO

Constituição do Peru

A Assembleia Constituinte considerando:
— Que as raízes históricas e culturais do Peru nos mostram que o socialismo é fonte de bem-estar geral.
— Que a importação de formas feudais e de distintos modelos capitalistas trouxe fome, desemprego e miséria a nosso povo e significa subordinação de nosso país ao imperialismo.
— Que a atual crise do capitalismo alcança caracteres de catástrofe em nosso país.
— Que se devem tomar medidas radicais de urgência para nos salvarmos do abismo.

Resolve

Adotar as seguintes bases para organização social e econômica do Peru:

Governo

— Os governos locais estarão constituídos pelos delegados democraticamente eleitos das organizações de operários, empregados, soldados, estudantes e demais setores populares.
— O governo nacional estará constituído por delegados destas organizações a nível nacional.
— Qualquer membro do governo, em qualquer nível, poderá ser destituído pelas bases em qualquer momento.
— Os salários dos governantes não poderão ser maiores que os dos operários.
— Este é o único tipo de governo que pode orientar a economia e todos os aspectos da vida nacional em favor das maiorias e não a serviço do aumento da riqueza dos exploradores. É o único que pode nos livrar do imperialismo.

Poder Judiciário

— Será exercido por tribunais populares eleitos pelas massas.

Forças Armadas

— Estarão constituídas por comitês de defesa armados das organizações de operários, camponeses, funcionários, estudantes etc.

Dívida Externa

— O povo peruano desconhece as dívidas contraídas por seus opressores; não pagará ao imperialismo os empréstimos que foram utilizados para esmagá-lo.

Bancos

— Passarão em sua totalidade para o poder do Estado

Comércio Exterior

— Passará em sua totalidade ao poder do Estado.

Comércio Interior e Transportes

As empresas comerciais e de transportes passarão ao poder do Estado.
— As pequenas casas de comércio onde trabalham seus proprietários, assim como os veículos de serviço público de propriedade de seus motoristas ficarão nas mãos de seus donos.

Indústria

— A indústria fabril, pesqueira, agrícola, etc., passará para as mãos do Estado.
— Este setor da economia, assim como os outros setores nacionalizados, serão administrados por seus próprios trabalhadores.
— Os locais de trabalho a nível artesanal, de propriedade dos trabalhadores, permanecerão nas mãos de seus donos.

Agricultura

A terra não referida no ponto anterior, passará para as mãos dos camponeses, sem indenização. Eles determinarão coletivamente as formas privadas ou coletivas em que irão produzir.

Contra o Desemprego: Desenvolvimento.

— Nenhum dos setores nacionalizados será pago, não podemos premiar aqueles que exauriram nosso sangue durante séculos e que utilizam este dinheiro para continuar a esmagar-nos.
— Este dinheiro será utilizado para terminar com o desemprego e impulsionar o desenvolvimento. O Peru necessita de muitas moradias com eletricidade, água e esgotos, meios de comunicação, irrigações, hospitais, escolas, etc. Temos braços e cérebros para fazê-los, hoje estão desocupados por culpa da organização capitalista do país e não por que não querem trabalhar.
— Com a finalidade de acabar com o desemprego e impulsionar o desenvolvimento, serão efetuadas obras públicas em escala massiva.
— As obras públicas não serão planejadas de acordo com as determinações dos funcionários mas sim de acordo com o que o próprio povo diga que necessita. Os órgãos de operários, camponeses, funcionários, estudantes, etc., dirão de que obras necessitam e quais são as mais urgentes.
— As clínicas, os colégios e qualquer outro serviço público em poder dos capitalistas, também serão nacionalizados.

Educação

— Os trabalhadores no poder determinarão os objetivos e as formas da educação. Isto se fará com a participação de estudantes e professores.

Mulheres

— A sociedade capitalista mantém a mulher como servil da casa; dedica-as aos trabalhos mais mal pagos; obriga-as a ter filhos ou a não tê-los; lança-as à prostituição; discrimina-as em todos os aspectos, apontando-as e tratando-as como inferiores aos homens e lhes retira mais liberdade que aos homens.
— A sociedade em mãos dos trabalhadores tomará as medidas para terminar com estes atropelos: impulsionando a organização das mulheres. Criando creches, restaurantes e lavan-

derias populares. Dando possibilidade às mulheres para que estudem e trabalhem em qualquer campo. Criando clínicas gratuitas para as mulheres, etc.

Setores Culturais Oprimidos

— Serão respeitadas e promovidas em todos os aspectos as culturas peruanas hoje oprimidas.
— Será impulsionada a educação destes setores nas línguas peruanas faladas por eles que serão de uso obrigatório nos tribunais e em todos os âmbitos que se necessite.
— Será propiciada a alfabetização, mas de nenhuma maneira serão discriminados aqueles que não falem ou escrevam em espanhol ou em outra língua européia.
— Os setores da população da selva e outros

como os Uros, terão toda liberdade para determinar seu futuro.

Liberdades Democráticas

— Serão respeitadas amplamente todas as liberdades democráticas: direito de organização, liberdade de expressão, direito de greve, liberdade de cultos, liberdade de imprensa etc.
— Isto é uma garantia para que as grandes maiorias não sejam novamente oprimidas por minorias que monopolizam a expressão das ideias como um meio de monopolizar a riqueza e o poder.

Solidariedade Internacional

— O bem-estar e o desenvolvimento do Peru enquanto esteja em mãos de seu próprio povo; não serão duradouros enquanto estejam em um mundo de exploração e de miséria.

— Se o Peru se mantiver isolado tornará a cair nas mãos do capitalismo internacional ou sofrerá uma degeneração burocrática.

— É uma necessidade urgente a construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina com Cuba e com os outros países que se libertarem do imperialismo.

— É também de importância a solidariedade com outros países submetidos ao colonialismo, como os da Ásia e África.

— Finalmente, é uma necessidade fazermos todos os esforços possíveis para que o bem-estar e o desenvolvimento se estendam aos povos senhores de seus destinos no mundo socialista.

Apresentado ao povo peruano em abril de 1978

O que nós, trabalhadores, devemos fazer, com este projeto de Constituição

Em cada fábrica, em cada comunidade camponesa, em cada agrupamento popular, devemos formar grupos de companheiros para discutir este projeto de Constituição.

Mediante esta discussão serão realizadas mudanças neste projeto. Devemos, brevemente, realizar convenções, reuniões dos delegados dos distintos setores para que discutam o Projeto e as modificações.

Devemos lutar para que haja depois convenções departamentais e, finalmente, uma Convenção Nacional de Delegados de organizações de operários, camponeses, estudantes e outros setores populares para discutir o Projeto, e suas modificações.

Esta Convenção Nacional de Delegados dos Trabalhadores de todos os setores deve ser o foro para estabelecer o Projeto final de Constituição do Peru.

Este projeto é o que deve ser apresentado pelos candidatos dos trabalhadores que foram eleitos para a Assembléa Constituinte.



Como construir o Partido Revolucionário

I. PARTIDO COMUNISTA PERUANO (UNIDAD) (PCP)

O PCP já se considera o Partido, temperado que esta pela luta contra as várias ditaduras que se sucederam até 68. Por isso, seria um partido fortemente arraigado entre as massas operárias e o povo em geral. Considera-se também uma força influente nos sindicatos e na Confederação Geral de Trabalhadores Peruanos. A política de acumulação de forças levou-o a lutar muito próximo dos trabalhadores e a levantar resolutamente suas bandeiras.

II. FRENTE OPERÁRIA CAMPONESA ESTUDANTIL E POPULAR (FOCEP)

1. Frente de Esquerda Revolucionária-Partido de Operários e Camponeses (FIR-POC) (IV INTERNACIONAL)

«Compreendemos que esse é o momento de integrar a concepção programática e internacionalista com uma prática de penetração fundamental nas bases operárias e camponesas. Isso se inscreve na nossa concepção de que são os operários que dirigem o processo revolucionário. A experiência indica que é necessário acabar com a falsa dispersão da esquerda. Essas separações táticas não necessariamente principistas ou programáticas, que têm atrasado uma correta hegemonia de posições. A FIR acredita ter alcançado uma correta posição, a construção do Partido se baseia, fundamentalmente, no programa como pilar. Uma vez alcançado este acordo essencial, podem existir divergências táticas, ou mesmo estratégicas, mas elas não devem ameaçar a unidade. A construção do Partido deve se dar no programa e nos princípios do marxismo revolucionário: cremos que esse acordo fundamental que facilita o desenvolvimento de tendências dentro do partido não permitindo que esse se desgaste por questões secundárias».

2. Partido Operário Marxista Revolucionário (POMR) (pela reconstrução da IV Internacional)

«Queremos construir, o partido político da classe operária, um partido de massas que realce a unidade política do proletariado peruano, partido do programa antimperialista e anticapitalista. Para avançar na construção dessa organização, é necessário um partido com quadros de formação teórica, solidamente estruturado. A unidade do proletariado peruano, só será obtida com base das experiências teóricas e práticas do proletariado internacional, que acreditamos estar concentrados no Programa de Transição (programa de proclamação da IV INTERNACIONAL)».

3. Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) (IV Internacional)

O PST considera que se conseguiu um avanço importante na luta contra as concessões da esquerda peruana a burguesia nacional, reconhecendo, ao mesmo tempo, as contradições entre essa burguesia e o imperialismo, como por exemplo no caso da Companhia Cerro del Pasco. Considera também fundamental uma posição de frente que preserve a independência do proletariado, sem fazer concessões a burguesia, como no caso do PCP e também sem sectarismos, no que difere dos maoístas. Considera que se deve impulsionar uma sólida central de classe, através da CGTP. Para o PST, o partido não pode ser simplesmente eleitoral como PC tradicional, tampouco pode ter uma concepção clandestina, ligada a um projeto político guerrilheiro. Aceita ter dado uma contribuição, criticando essas duas concepções. Assim, no partido deve haver um quadro coeso que não seja um simples organismo aberto e disperso, onde entra quem quer. Deve ser um partido de quadros que treinam para a revolução e que ao mesmo tempo lutam pela sua legalidade. «Lutamos por combinar uma luta política revolucionária com uma luta pelos direitos políticos dos trabalhadores. O trotskismo tem se caracterizado em nosso país por não

cair numa dinâmica eleitoral, massista e difusa mas também por não cair numa concepção exclusivamente clandestina. Nesse sentido, simplesmente retomamos ortodoxamente a tradição bolchevique-leninista de partido revolucionário: um partido de quadros dirigido as massas, e que luta, ao mesmo tempo, por sua existência física legal, aberta, explícita, sem menosprezo da luta política principista.

III. UNIDADE DEMOCRÁTICO POPULAR (UDP)

1) Organização Proletária Revolucionária

«É necessário assinalar em primeiro lugar, a urgência do partido revolucionário como ferramenta para a revolução. A partir dessa base, começamos, desde 1974, a fazer um trabalho prático de organização. Então não tínhamos uma linha precisa a seguir para a construção do partido; durante o trabalho tornou-se necessário esclarecer a estratégia. A esse respeito devemos combinar dialeticamente as leis universais que supõem o desenvolvimento de um partido revolucionário. Essas leis foram descobertas em profundidade por Lenin, que as aplicou: «sem teoria revolucionária não há partido revolucionário». Isto quer dizer que no país, ao mesmo tempo em que trabalhamos na construção do partido, devemos desenvolver a teoria revolucionária que expresse os pontos de vista da revolução proletária no Peru. Devemos combinar as leis universais do marxismo leninista com as leis particulares que resultam de uma análise da nossa realidade. Somos hostis à repetição mecânica de esquemas ou teorias revolucionárias que sustentaram outras revoluções como a russa, a chinesa e outras em suas particularidades. Consi-

deramos que o exposto nas obras de Marx, Engels, Lenin Mao e outros mais é para nós somente um guia, não a teoria revolucionária. O partido que se vai construir tem como base uma férrea disciplina, que emane e tenha conteúdo proletário. Dentro das particularidades do país o partido na atualidade deve resultar da unificação de todos os marxistas-leninistas: nenhum grupo tem condições de, sozinho, forjar o partido.

2. Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) (quarta etapa)

O MIR centra a sua concepção em cima da concepção leninista de centralismo democrático. Mas o peso dos programas consagrados não deve ser tão grande que provoque divisões em torno de sua interpretação. Considera o MIR que o centralismo democrático é só um lado de uma moeda sendo o outro lado a linha de massas no interior do partido. Também no partido encontraremos setores adiantados, intermediários e atrasados, onde o problema é saber julgar essas diferenças sem cair no divisionismo. Procuramos estabelecer uma linha que saia da experiência cotidiana das massas e que, simultaneamente, existam os mecanismos para corrigi-la. Pensamos que na construção do partido pesa muito a composição de classe e aqui vemos duas vertentes na esquerda peruana. Há uma tendência — Vanguarda Revolucionária-Partido Comunista Revolucionário — na qual se fundem com operários e camponeses setores de pequena burguesia acomodada e inclusive setores de procedência burguesa. Por outro lado, vemos o tronco MIR-Patria Roja-Bandeira Roja, no qual os operários e camponeses unem setores empobrecidos de pequena burguesia. Estes setores burgueses ou

pequenos burgueses carregam suas qualidades ou seus defeitos. Pensamos que na construção do partido devem existir os mecanismos que tornem conscientes estes defeitos, esta carga objetiva, que é muito importante.

Outra questão que pesa muito é o problema nacional. No Peru pesa muito a questão da raça, por exemplo, para se fazer trabalho camponês, sobretudo no centro e no sul do país. Pesa também na cidade, com os setores de periferia e favelas. Há toda uma carga nacional que tem que ser levada em conta para ser integrada no trabalho político.

3. Vanguarda Revolucionária

Procuramos construir um partido que seja o da classe operária; no entanto, não o entendemos como um partido de composição apenas operária, mas que congregue o campesinato pobre enquanto semiproletariado. Pensamos que o partido deva ser a vanguarda da classe, mas não apenas sua vanguarda ideológica mas também sua vanguarda orgânica. Pensamos também que deve ser um partido de massas. Sabemos que é muito difícil que um partido se transforme em partido de massas em um regime de dominação reacionária, mantendo seu caráter revolucionário. Cabe ao partido ter uma linha de massas, mantendo uma relação com a massa que permite conduzi-la. Para isto, é fundamental que se mantenham relações com os organismos próprios da classe, fundamentalmente no terreno produtivo, sindical, político, no terreno dos agrupamentos periféricos e no campo.

Concebemos que o partido deve atuar legal e ilegalmente. Acreditamos ainda que o partido deve ser construído paralelamente a construção de uma frente democrática popular — a construção do partido implica em uma vinculação da

vanguarda operária não apenas com sua classe mas com o outro conjunto de classes que, em um país como o nosso, precisa ser articulada para que se conquiste uma saída revolucionária.

Assim, a constituição da frente unida da revolução e um elemento chave para a construção do partido no desenvolvimento da luta de classes.

Outro problema é que para nos a construção do partido passe pela reconstrução do partido de Mariategui (teórico marxista peruano, fundador do Partido Comunista do Peru, considerado como um dos grandes intelectuais da esquerda latino-americana, tendo produzido muitos estudos sobre a questão indígena, autor do livro *Sete Ensaíes sobre a realidade latino-americana*). Isto quer dizer que a reconstrução do partido passa pela reunificação das forças marxista-leninistas diferenciando-as das forças que representam o oportunismo de esquerda com uma linha dentro do movimento popular que isola inclusive a vanguarda do movimento operário dos setores médios e atrasados, sendo que estes setores se negam a atuar em uma série de campos. O partido de Mariategui destruiu o revisionismo e, por isso, é um elemento essencial para nós, para a reunificação de todas as forças. Neste sentido, muitos passos importantes foram dados neste país, como a existência e desenvolvimento da UDP; a necessidade de por-se de acordo em um programa geral. Neste sentido, vão se estreitando os laços com frações provenientes da Vanguarda Revolucionária como é o caso da Vanguarda Revolucionária-Político-Militar, da Vanguarda Revolucionária-Reconstrução do PC do Peru, do Partido Comunista Revolucionário-Trincheira Roja, do Movimento de Esquerda Revolucionária-4ª Época, com os quais estamos desenvolvendo intensas conversações.

VIETNÃ-KAMPUCHEA

O conflito, na opinião de Peter Weiss

Novamente a grande imprensa, alimentada pelas agências internacionais de notícias, faz o máximo de alarde sobre as divergências entre dois países que recentemente se libertaram do imperialismo

(Cambodge e Vietnã do Sul) e iniciaram a transição ao socialismo no Sudeste Asiático. Quais as origens deste conflito?

O que está por trás das lutas e conflitos entre o atual Kampuchea (ex-Cambodge) e o Vietnã?

Para responder, PETER WEISS, o maior dramaturgo vivo da Alemanha

pintor, e célebre promotor de causas contrárias às correntes da moda, oficiais ou extra-oficiais.

E também um artigo de pesquisa publicado em MARKA combativa revista peruana.

Quando toda a esquerda ocidental permanece perplexa com as notícias que chegam do Sudeste Asiático, Peter Weiss toma resolutamente o partido do Vietnã, com uma argumentação bastante incisiva. Segundo o autor de Marat Sade, estamos diante de uma campanha de difamação do Vietnã, semelhante à que ocorreu durante a guerra. Usando mentiras e deformações, a campanha objetiva provocar incertezas, dúvidas e mesmo hostilidade nos meios que antes apoiaram a causa vietnamita. Três seriam os objetivos da campanha:

Impedir a reconstituição da vida normal naquele país socialista devastado pela guerra;

Esquecer a coragem demonstrada pelo Vietnã em quarenta anos de luta contra o colonialismo e o imperialismo, acusando-o de dogmatismo, de expansionismo e perseguição às minorias nacionais;

Fazer esquecer a culpa e a responsabilidade dos Estados Unidos. E prossegue Weiss: uma olhada séria na estrutura do povo e do partido vietnamita mostraria que esses não mudaram depois da guerra. A imprensa burguesa atribui cinicamente ao governo vietnamita a responsabilidade sobre as dificuldades e a miséria atuais, esquecendo que elas são consequência da sistemática destruição das florestas, do envenenamento do solo, da destruição das plantas e da guerra do ciclo ecológico, que desorganizaram totalmente a agricultura do país.

As dificuldades encontradas para reorganizar o Sul, para reunir as famílias dispersas, para reabilitar as tradições morais e culturais, deformadas por vinte anos de ocupação americana, para reeducar aqueles que haviam cooperado com o inimigo, todas essas dificuldades são devidas ao processo de reorganização em curso. As memórias curtas dos europeus não deviam esquecer das dificuldades similares atravessadas pela Europa após a Segunda Guerra Mundial, mesmo contando com a maciça ajuda norte-americana.

Com todas essas dificuldades, inferir que o Vietnã deseja conquistar o Cambodge e impor a sua própria hegemonia na Ásia Sul-Oriental serve unicamente para ocultar os verdadeiros interesses das grandes potências naquela região.

Imperialismo socialista?

Segundo Weiss, não existe base científica que sustente um imperialismo socialista que ressuscitasse as querelas feudais entre o Vietnã e o Cambodge, pelo contrário, o VietMinh era um Partido Comunista que unificava toda a Indochina e que inaugurou uma política internacionalista na região. Para Weiss, o grande vilão da história aí é a China, que teria tentado fragmentar o movimento revolucionário do Sudeste e Asiático, para contrapor-se à URSS e encontrar bases de apoio na luta ideológica que se trava entre os dois países. A tentativa chocou-se com a resoluta oposição do Vietnã que nela via uma tentativa da China em prolar a quebra da hegemonia soviética no comunismo mundial. Os atuais contrastes entre o Cambodge e o Vietnã só o resultado desta tentativa, assim parcialmente vitoriosa. Ai Weiss considera que, depois de ter lutado durante 40 anos, o Vietnã só pretende ser deixado em paz.

O Vietnã e o conflito sino-soviético

Inclusive no tocante à posição no conflito sino-soviético, a posição tomada pelo Vietnã tem sido mal interpretada. Desde o fim dos anos 60 que essa linha permanece a mesma: a luta armada não deve ser subordinada a nenhuma aliança. A política diplomática vietnamita é feita de maneira a impedir que o país se envolva no crescente antagonismo russo-chinês. Em 1965 o governo vietnamita recusa a proposta chinesa feita por Teng Hsiao Ping, de aceitar exclusivamente a ajuda chinesa, renunciando ao apoio soviético. A partir daí, a pressão chinesa sobre o Vietnã ficou mais forte, mas o Vietnã prosseguiu na política traçada, evitando qualquer declaração que entrasse no mérito da questão. Por causa da rivalidade, a China acabou proibindo a passagem de material soviético pelo seu território, prejudicando a luta e contribuindo para retardar a vitória. Mesmo assim, o Vietnã não denunciou o fato, continuando a sua linha política, e só agora, com o atual conflito envolvendo os dois países, é que denuncia o fato. As ações chinesas diretas contra o Vietnã intensificaram-se a partir do IX Congresso do PCC, quando a URSS passou a ser

acusada de praticar um imperialismo mais agressivo do que o norte-americano.

A partir daí a ajuda chinesa ao Vietnã cresceu um pouco, mas a maior parte dos fornecimentos de armas, implementos e remédios continuou a ser enviada da URSS e em boa parte da República Democrática Alemã, ainda enviadas por mar para o porto do Haiphong, sob a constante ameaça da frota e da aviação norte-americanas. Assim, Mao Tse Tung fazia Pham Van Dong saber que a China não interessava um Vietnã reunificado, mas a posição do Vietnã não mudou.

Hostilidade imperialista e chinesa

As bases da atual situação, em que o Vietnã se encontra exposto tanto à hostilidade chinesa como a norte-americana, foram postas na viagem que Kissinger fez à China em 1971: A China renunciou a tudo que tinha em comum com o Vietnã no plano ideológico em troca de um reforço de sua posição no confronto com a URSS. Nesta ocasião foram decididas ações contra a reunificação dos dois Vietnãs e a suspensão do envio de armamentos.

Mas mesmo agora, quando fica claro que os inimigos do Vietnã são dois, e que o país dependia totalmente da ajuda da URSS e dos países do Pacto de Varsóvia, o governo de Hanoi não toma partido na contenda.

Depois que Nixon, após a última onda de bombardeios, viu que não conseguiria dobrar a resistência do Vietnã, a China resolve apoiá-lo. A 20 de abril de 1975, dez dias após a entrada das tropas do Vietnã do Norte e Vietcong em Saigon, uma delegação chinesa renovou em Hanoi o desejo chinês de evitar a libertação do Sul. Os interesses chineses sobre algumas ilhas do Sul se aliam à esperança norte-americana de manter o Vietnã do Sul na sua esfera comercial mesmo em tempo de paz, para desfrutar das jazidas de petróleo da costa.

A vitória do pequeno país agrícola, revirado pelas bombas, sobre a maior nação industrial da terra, provocou uma onda inicial de simpatia: chegou-se a falar nas promessas de ajuda (feitas em Paris em 1973, durante a tentativa de tregua) feitas pelos Estados Unidos para sanar as feridas causadas pela guerra. Mas com a campanha de calúnias iniciada logo depois da guerra, o Vietnã vê-se privado das reparações que necessitava urgentemente: para justificar-se, os americanos acusaram-no de não colaborar na procura de alguns soldados americanos ainda desaparecidos. Essa campanha logo tomou corpo não só na imprensa europeia tradicionalmente anti-comunista, que encontrava uma primeira ocasião para lançar descredito sobre o heroísmo revolucionário, mas também em muitos órgãos de imprensa e organizações favoráveis à China. Essa última, coerentemente com a teoria do «Social-Imperialismo» identificou os esforços do Vietnã com a política soviética, esquecendo da imagem do país que lutava com coerência irretorquível pela sua própria soberania nacional.

Diplomacia e guerra

Sobre essa questão, continua Peter Weiss, o atual conflito de fronteiras com o Cambodge tem tentativas de solução por intermédio de conversações que datam de 1967. Embora o Vietnã continue a valer-se de esforços diplomáticos, atualmente uma solução é impossível enquanto as tropas cambodjanas, equipadas com material chinês atacam a população vietnamita nas fronteiras com ações terroristas, que só podem causar incertezas sobre a situação interna desse último, e em particular sobre a posição de Sihanouk, Weiss também explica como o comportamento do Vietnã no conflito com a minoria de origem chinesa também está pleno de falsas interpretações: os chineses do bairro de Cholom em Saigon (a maioria dos quais originários de populações burguesas fugitivas da China por ocasião da vitória de Mao Tse Tung) primeiro foram intermediários dos franceses durante a tentativa de recolonização e depois serviram aos norte-americanos. Findo o domínio estrangeiro, registravam-se trezentas mil famílias de Saigon como pequenos comerciantes, numa população de três e meio milhões de habitantes. Com a cessação de importações norte-americanas acabou a base desse comércio privado. Isso poderia ter causado o êxodo e o pânico dos 210 mil vietnamitas de origem chinesa.

A credibilidade alcançada

Considerando-se a humanidade com



Peter Weiss é o maior dramaturgo alemão vivo. Mora na Suécia, onde radicou-se após passar por vários países da Europa. Tem 62 anos e foi obrigado a sair da Alemanha durante o nazismo por sua origem judaica. É também pintor. Dentre suas obras destacam-se «A Perseguição e o Assassinato de Jean Paul Marat o Marat-Sade», «O Interrogatório» e «Trotzky no exílio», além de vários artigos publicados sobre a causa vietnamita. É famoso por empenhar-se em casuar que vão contra a corrente. Outra convicção de Weiss é a de só escrever sobre algo de que tenha plena certeza.

que foram tratados os pilotos americanos prisioneiros de guerra, e da credibilidade alcançada nos comunicados do governo vietnamita, não há razão para duvidarmos da correção das atuais medidas de reconstrução. A calúnia, difundida pela imprensa burguesa, segundo a qual o Vietnã está a caminho de «perder apaz», é insustentável, se levarmos em conta a paciência com que o Vietnã trata de recuperar tranquilidade do Sul, onde a ocupação norte-americana e corrupto regime de Saigon criaram bandos de ladrões e prostitutas (chega a 150 mil o número de jovens viciados em estupefacientes).

O Vietnã do Sul não é um campo de concentração como quer fazer crer o jornal francês «Le Monde», e um país onde a hostilidade do mundo provocou a miséria física e espiritual. Os jornais dedicam muito espaço à fuga dos colaboracionistas e chineses, mas esquecem-se dos 200 mil cambodjanos que no mesmo período procuraram refugio no Vietnã.

E finalmente Weiss aclara a atual política vietnamita: Depois da conclusão do acordo entre o Vietnã e a URSS, em novembro de 78, a campanha de descredito chegou ao ponto mais alto. O pacto não é uma aliança militar mas só uma garantia de amizade recíproca, de ajuda para o reforço do socialismo, de intercâmbio científico e cultural, e de compromisso de consultas imediatos no caso de um dos parceiros ser atacado, a fim de refrear a ameaça e tomar medidas para manter a paz. Não obstante, fala-se do Vietnã como vassallo da URSS. Evidentemente, se o Vietnã assina a única aliança depois de 40 anos de luta, depois de conquistar duramente a independência, não seria agora que se entregaria a uma grande potência, mas somente para assegurar as condições da reconstrução do país, e da conservação das duras conquistas.

O Vietnã também ofereceu à China um tratado de intercâmbio econômico e cultural, após a conclusão do acordo com a URSS. Mais uma vez a China recusou. Se atualmente o Vietnã destaca a colaboração com a URSS, não faz mais do que confirmar uma prática de longa data, com precedentes também na China. A conclusão de um pacto com a URSS representa um sucesso da Real Politik vietnamita, mas é também necessário, por causa do mutismo da China. Esse pacto é sem dúvida um meio de barrar a tentativa chinesa de conquistar o predomínio sobre a Ásia. O Vietnã não só tomou a iniciativa para assegurar a paz para si mesmo, como também para defender a paz mundial. Este país, que conseguiu unificar as forças mais progressistas de todas as nações, necessita novamente de sua solidariedade para debelar a nova ameaça, que nesse caso pode implicar em guerra mundial.

Eis o que tem a nos dizer Peter Weiss.

As raízes da guerra

Não há dúvida de que o conflito entre o Kampuchea e o Vietnã existe. Os enfrentamentos armados, inclusive, não são recentes, tendo ocorrido escaramuças esporádicas desde o dia seguinte à libertação de Saigon e Phom Phen, em abril de 1975.

Em todo caso, tudo indica que a origem dos choques foram incursões promovidas pelo Kampuchea no território vietnamita, como deixa claro uma afirmação pública dos dirigentes de Phom Phen, quando anunciaram, em janeiro de 1978, que não reconheciam as fronteiras traçadas pelo colonialismo.

Muito, mas muito tempo atrás...

Para entender o problema é necessário, então, retomar a história há muito, muito tempo, quando da formação mesma das atuais nacionalidades vietnamita e cambodjana.

O primeiro império Khmer, fundado por FuNan seis séculos antes de Cristo, chegou a se estender até a península malaia, cobrindo os territórios dos atuais Tailândia e Kampuchea e o delta do rio Mekong. Esse império caiu em decadência no início de nossa era e, um milênio mais tarde, outro reino Khmer, o de Suryavarman II, desenvolveu uma civilização refinada, que legou a humanidade as ruínas de Angkor Thom (século IX) e Angkor Vat (século XII). Suryavarman II esteve em constante conflito com os impérios vizinhos de Dai Viet (situado na região norte do atual Vietnã e Champa (ao norte do delta do Mekong)). O tema central dos baixos relevos (produção artística) de Angkor é, precisamente, a permanente luta dos kmers contra invasões procedentes de Siam (Tailândia) e Champa. E se bem que os kmers, em meados do século XII, conseguiram dominar os champs, estes últimos, três décadas mais tarde, reduziram Angkor a ruínas.

O império de Angkor desapareceu inclusive da memória dos cambodjanos e foi um viajante francês quem, acidentalmente, redescobriu, no século XIX, os vestígios de seu antigo esplendor, perdidos na selva.

O império Champa, por sua vez, foi absorvido pelos vietnamitas no século XVII. A dinastia Nguyen, que governava no sul, interveio em auxílio de uma das facções kmer que disputavam o poder entre si na época, e, assim, conseguiu penetrar e se estabelecer no delta do Mekong, que, desde então, tem sido vietnamita. Todavia, hoje em dia existe na província fronteira de Tra Vinh uma importante minoria de origem Kmer.

Este era o panorama geral quando os franceses instalaram sua dominação colonial sobre a região, em 1863. O problema fronteiriço, entretanto, não preocupou muito Paris, que considerava genericamente o Laos, o Vietnã e o Cambodge como a «Indochina», regida por um só governador-geral. Para efeitos administrativos, os franceses dividiram a colônia em suas províncias (Cambodge, Laos, Annam, Tonkin, Kuang-Tung e Conchichina) sobre um mapa de escala 1/1000000, editado pelas autoridades francesas no século passado. Estas fronteiras nunca foram traçadas na prática, nem tampouco foram traçados limites marítimos, até o dia 31 de janeiro de 1939, quando o governador-geral, general J. Brevie, traçou a «linha Brevie», estipulando que, «para efeitos administrativos e policiais», as ilhas situadas ao norte ficaram sob o controle do Cambodge e as do sul, a cargo da Conchichina (a parte meridional do Vietnã).

O passado é o passado

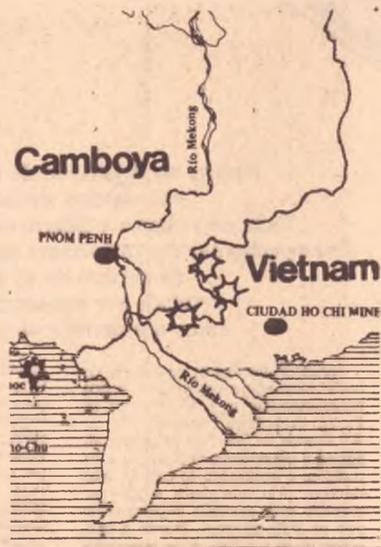
Os acordos de Genebra de 1954, que estabeleceram o fim da dominação francesa na Indochina, reconheceram as fronteiras coloniais como linhas de demarcação entre Laos, Vietnã e Cambodge. E ainda que esta seja uma divisão por certo arbitraria, que outro critério se poderia aplicar? O próprio príncipe Norodon Sihanouk comentou uma vez, em 1966, ao jornalista australiano Wilfred Burchett que «há algo de verdade afirmação francesa de que sua entrada em cena na Indochina salvou o Cambodge do desaparecimento. O passado e o passado e o reconhecimento das fronteiras atuais e a única garantia de sobrevivência do país».

Assim o enfatizou na mesma data o general De Gaulle, em Phom Phen, ao declarar que «a França reafirma seu respeito a integridade territorial do Cambodge nos limites de suas fronteiras atuais» Idêntica mensagem foi transmitida a Sihanouk pelo então presidente da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul, Nguyen Huu Tho. O próprio Burchett, cuja longa trajetória de solidariedade com as lutas dos povos asiáticos e amplamente conhecida, foi o portador da carta.

Nesse período, a região fronteira cambodjana era bombardeada quase diariamente pela aviação norte-americana e as tropas do regime de Saigon multiplicavam suas incursões do outro lado da fronteira, causando numerosas vítimas entre a população civil, com o argumento de que as «fronteiras estavam mal definidas». Dai a importância das declarações de De Gaulle e de Nguyen Huu Tho.

Em 1970, o governo neutralista de Sihanouk, que havia resistido valentemente a pressão norte-americana de instalar em seu território bases militares, foi derrotado. Em poucos dias, dezenas de milhares de vietnamitas que haviam se refugiado no Cambodge, fugindo dos horrores da guerra (e muitos cambodjanos de origem vietnamita e, por isso, considerados «perigosos»), foram assassinados. Uma longa fila de cadáveres, com as mãos atadas às costas, foi arrastada durante vários dias pelas águas do rio Mekong.

No dia 30 de abril de 1970 — relata Wilfred Burchett —, «o Cambodge é invadido por forças norte-americanas e do Vietnã do Sul num intento



de eliminar a resistência do país que se havia levantado unido contra o regime fascista de Lon Nol. Vastas regiões das províncias orientais foram ocupadas e incorporadas ao Vietnã do Sul. Os traços fronteiriços foram destruídos, dezenas de aldeias foram totalmente arrasadas.

«As velhas animosidades — estimuladas durante a colonização francesa — ressurgiram com o impacto das atrocidades, dos massacres, das violações e dos saques cotidianos. Para os sobreviventes desse período terrível, sobretudo nas regiões fronteiriças, a distinção entre os opressores e os patriotas sul-vietnamitas não podia ser, logicamente, muito clara. E parece que a origem imediata da crise deve ser buscada nas disputas sobre a propriedade das terras, estando os camponeses de cada lado apoiados pelas milícias locais».

Kampuchea até Saigon?

A libertação definitiva do Vietnã e do Cambodge, em abril de 1975, não pôs um ponto final no problema, apesar do clima de amizade reinante entre ambos os governos e ambos os partidos. Depois de uma série de incidentes violentos ao longo da fronteira, representantes da República Socialista do Vietnã e do Estado Democrático Khmer reuniram-se em Phom Phen de 4 a 18 de maio de 1976. Chegou-se a um acordo, tomando mapa de escala de 1/1000.000, utilizado antes de 1964, como base para a delimitação das fronteiras terrestres entre os dois países. Não houve coincidência sobre como definir a fronteira marítima. Aprovaram-se, contudo, três princípios sobre como lidar com os incidentes fronteiriços, para evitar sua multiplicação:

1) As duas partes se esforçam por educar seus quadros combatentes e habitantes da região fronteira no espírito do fortalecimento da solidariedade e amizade e no afã de evitar todo incidente;

2) Todo incidente deve ser resolvido no espírito de solidariedade, amizade e respeito mútuo;

3) As comissões mistas levarão a cabo as investigações sobre os incidentes ocorridos e se reunirão para discutir as soluções adequadas;

A tensão fronteira diminuiu em 1976. Sem dúvida, a parte cambodjana negou-se a participar de um encontro de cúpula previsto para junho desse mesmo ano. As comissões mistas deixaram de se reunir em 1977 e, neste ano, panfletos lançados por tropas cambodjanas no interior do território vietnamita afirmaram que «o território do Kampuchea vai até Saigon».

Alem de constituir uma clara provocação, tal pretensão e completamente irrealizável. O exército vietnamita, que expulsou da atual cidade Ho Chi Min a potência mais poderosa do planeta, esta mais do que preparado para defender a soberania do país sobre todo o seu território.

Apesar disso, esta criada uma grave situação em que — como expressa um comunicado oficial do Vietnã — «a população vietnamita na região fronteira, que acaba de sair de uma longa e árdua guerra de agressão imperialista, deve agora sofrer graves perdas em vidas e bens, provocadas por um país vizinho e irmão».

Segundo os cálculos oficiais da agência VNA, so nos meses de outubro e novembro de 1977, morreram mais de dois mil vietnamitas em decorrência das agressões cambodjanas e dez mil hectares de terras do país, ao longo da fronteira, tiveram que ser abandonados.

Em carta dirigida, em junho de 1977, ao governo e ao Partido Comunista do Kampuchea, as autoridades vietnamitas escreveram: «Tratamos, mas em vão, de compreender porque as Forças Armadas do Kampuchea praticaram tais atos. Acaso são obra de um grupo, de uma fração de pessoas mal-intencionadas, que tratam de sabotar a tradição de solidariedade e amizade de fraternais que ligam a nossos dois partidos e nossos dois povos?»

A pergunta está colocada. Muitos vêem nesse quadro outra repercussão do conflito sino-soviético, particularmente devido ao apoio oficial que o governo do Kampuchea recebeu da China. Sem dúvida, o Vietnã tem se esforçado para retirar o problema desse nível e restabelecer negociações diretas com o Kampuchea, consciente de que a guerra só interessa ao imperialismo, contra o qual ambos os povos lutaram heroicamente.

RÉGIS DEBRAY

A NEVE QUEIMA

romance



«Era em Mirama, um subúrbio de Havana, nos jardins de um grande hotel. Quanto ao dia e à hora, deixo aos astrólogos o encargo de precisá-los o que não será fácil para eles: os signos do zodíaco nos foram contrários desde o início... O ano? Incerto também, à semelhança dessa época em que a bola da terra pareceu tão frequentemente hesitar entre o vermelho e o negro. Oscilação da esperança e do luto que, num período de poucos anos, revelou para depois recobrir este continente de onde venho e onde não mais irei.

Digamos, se quiserem, o período entre o assassinato de Che Guevara e o de Salvador Allende. Tomo por marcos os mais altos monumentos».

Pedidos pelo Reembolso Postal à Editora Vega S/A — rua Guajajaras, 178 Belo Horizonte — MG — CEP 30.000 — C. P. 2663. (Preço Cr\$ 120,00)

HISTÓRIA

A gestação do PTB

Por Miguel Bodea

Apesar da existência do peleguismo nas cúpulas sindicais, numerosas bases e lideranças trabalhistas desempenharam um importante papel nas lutas sociais do período de 45 a 64, rotulado por muitas análises como um período «populista».

Qualquer abordagem da história do trabalhismo no período anterior a 1964 necessariamente terá de referir-se ao Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, do Rio Grande do Sul. Não só porque ali nasceu e desenvolveu-se a secção mais poderosa e organizada do partido, mas também pelo fato desta secção ter exercido uma marcada hegemonia no seio do PTB nacional. Devido a isto, concentro as atenções, neste breve artigo, numa análise do PTB gaúcho, buscando, a partir daí — e com todas as cautelas que se fazem necessárias — esboçar um balanço preliminar da experiência trabalhista a nível nacional.

O PTB do RS gesta-se, no período 1945-47, na confluência de três correntes políticas distintas.

A primeira e representada pelos sindicalistas oriundos da chamada «ala trabalhista» do PSD, que romperiam com este partido — dirigido por elementos da elite dominante do Estado Novo — para formar um partido «de trabalhadores», que desejavam, estreitamente vinculado a estrutura sindical. Muitos destes dirigentes sindicais provinham da burocracia sindical estonovista, mas seria simplista classificá-los todos de «pelegos»: havia entre eles também elementos combativos que sofreram as prisões e perseguições do Estado Novo.

A segunda corrente e formada por um núcleo de intelectuais progressistas agrupados na União Social Brasileira (USB) de Alberto Pasqualini, que alia a suas bandeiras democráticas de luta contra a ditadura a proposta de um amplo programa de reformas políticas e sociais para o País.

A terceira corrente e composta pelos chamados «políticos profissionais» de extração varguista, que se desligariam do PSD a partir de 1946 para fortalecer a nova legenda, sob a inspiração do próprio Vargas, já então interessado em criar um grande partido de massas urbano.

A princípio, os dirigentes sindicais pretendiam formar um partido «de trabalhadores» e relutaram em aceitar a adesão dos intelectuais da USB. Mas

mesmo com o apoio da USB, o PTB teria um pobre desempenho nas eleições da Constituinte de 1945: no RS elegeria um único deputado contra 17 eleitos pela máquina do PSD. Em Porto Alegre, perderia para seu principal concorrente no meio operário: o PCB. A nível nacional concorreu em apenas 14 Estados e elegeu 7,7% dos deputados. É a entrada dos políticos varguistas — figuras como José Diogo e Loureiro da Silva — que transformaria o PTB no maior dos partidos gaúchos em termos tanto eleitorais quanto organizativos. Mas ao mesmo tempo lhe retiraria a almejada pureza doutrinária: não seria nem o partido «so de trabalhadores» sonhado pelos sindicalistas, nem tampouco o partido «ideológico» desejado por Pasqualini. Esta «hibridez» política do PTB gaúcho teria um efeito paradoxal: se, numa primeira fase, provoca uma luta interna constante entre as alas «ideológica» e «fisiológica» — expressa inclusive no latente conflito de liderança entre Vargas e Pasqualini — numa fase posterior se processa uma verdadeira simbiose doutrinária entre as três correntes formadoras. É justamente na Mocidade Trabalhista — formada em 1945 e cujo primeiro presidente foi Leonel Brizola — que se formam novas lideranças que assimilariam esta tripla influência. Brizola expressaria da forma mais nítida esta simbiose doutrinária, sintetizando, na sua prática política, aspectos do trade-unionismo por vezes obreirista dos sindicalistas com o social-reformismo pasqualinista e o pragmatismo getulista. (*)

Em 1947, o PTB elegeria a maior bancada na Constituinte Estadual e já em 1950 parecia ter atingido seus principais objetivos: Getúlio volta a presidência e Dornelles é eleito governador do Rio Grande. O eleitorado também consagra a combatividade do líder da Ala Moça, Brizola, reelegendo-o como deputado estadual mais votado a Assembleia. Mas a direita gaúcha reage ao avanço petebista aglutinando-se em torno da poderosa Frente Democrática, composta pelos grandes parti-

dos liberal-oligarquicos: o PSD, o PL e a UDN. É Brizola que aceitará o desafio: formando a Frente Popular que alia o PTB a setores da esquerda, mas também aos populistas do PSP, A. F. P., o lançará candidato à Prefeitura de Porto Alegre, em 1951. Mas a máquina eleitoral da Frente Democrática a suplanta. A derrota de 1951 e presságio de maus momentos para o P. T. B. Acreditava-se no poder: mas tanto a nível nacional quanto local, seus poderosos adversários preparavam a revanche utilizando todas as armas a seu dispor. Em 1953 Jango e desalojado do Ministério do Trabalho. Em 1954 a oposição udenista marcha francamente para o golpismo que culminará no suicídio de Vargas. O PTB gaúcho encontra-se profundamente dividido na luta instintiva entre as alas «ideológica» e «fisiológica». Vargas quisera Jango como candidato a governador. Mas os «ideológicos» se impõem na convenção: o candidato seria Pasqualini.

Apesar do impacto emocional da morte de Vargas e da Carta Testamento, o PTB sofreria novas derrotas perante a Frente Democrática: esta elege Meneghetti para o governo do Estado e Armando Câmara e Krieger para o Senado, derrotando os 3 maiores líderes do PTB: Pasqualini, Jango e Ruy Ramos. O único petebista que se sai bem e Leonel Brizola: é eleito deputado Federal com a maior votação até então registrada: mais de 100 mil votos. Com estas credenciais, Brizola assume o comando de uma contra-ofensiva sistemática. No início de 1955, funda um jornal, «O Clarim», que conduzira a luta na frente doutrinária e propagandística. Utiliza-se também,

com grande habilidade do rádio como instrumento de luta política.

Em outubro de 1955 a Frente Popular elege Brizola prefeito de P. Alegre, derrotando a Frente Democrática, ate então invicta em eleições majoritárias. A Prefeitura e o trampolim para o Governo Estadual. A partir de suas realizações como prefeito, expostas semanalmente a população nas famosas palestras radiofônicas das 6^{as}. feiras, Brizola transforma-se no mais destacado líder político do Estado. Em 1958 ele derrota, por grande margem de votos, o Cel. Peracchi Barcellos, cacique da Frente Democrática.

O Governo Trabalhista do período 1959/1963 será a primeira tentativa de colocar em prática o ideário das Reformas de Base defendidas desde 1945, por Alberto Pasqualini, combinado as bandeiras anti-imperialistas levantadas pela Carta Testamento de Vargas.

O mais interessante, do ponto de vista do presente artigo, será tecer algumas considerações sobre a estrutura organizativa do PTB e o seu relacionamento com os sindicatos. Apesar do seu caráter predominantemente eleitoral, o PTB apresentava algumas peculiaridades quanto à sua organização interna, pelo menos no que diz respeito à secção gaúcha. Desde 1945, sob inspiração de seus fundadores sindicalistas e dos intelectuais da USB, o Partido empenhou-se em criar uma estrutura hierárquica verticalizada, mas com forte implantação de base através de diretórios distritais de bairro — que chegaram a mais de 30 com funcionamento efetivo só em Porto Alegre.

Muitos desses diretórios incentivaram a criação de uma plêiade de «sub-diretórios» instalados nas casas de militantes, a maioria dos quais operários ou pequenos servidores públicos. É interessante notar que muitos destes diretórios mantinham uma vida permanente, não se restringindo às épocas eleitorais.

Além do mais, o Partido cedo se empenhou em criar um departamento sindical que abrangia diretórios trabalhistas setoriais, atuando junto aos trabalhadores das mais diversas categorias. Este vigor organizativo parece distinguir bastante o PTB de outros partidos, e mesmo desta agremiação em outros estados. No que diz respeito ao relacionamento com os sindicatos, o PTB nunca colocou em questão a sua vinculação legal ao Ministério do Trabalho — tema que, aliás, o próprio Partido comunista Brasileiro PCB, na época levantava apenas timidamente. Na realidade, o PTB beneficiou-se da estrutura sindical herdada do Estado Novo, nos períodos em que foi governo. Isto não impediu, no entanto, a radicalização crescente do movimento sindical impulsionado em parte pelas bases, mas também por lideranças sindicais expressivas da quase totalidade dos quadros sindicais do PCB para dentro da área sindical do PTB. Isto, sem dúvida, contribuiu para aumentar o grau de militância e o avanço ideológico das bases sindicais trabalhistas. Já no final da década de 1950 formara-se dentro do PTB, um grupo sindical chamado «Faisca Avançada» que desempenharia importante papel na articulação das chamadas «estruturas paralelas» do sindicalismo brasileiro: os comandos de greve, o Comando Geral de Trabalhadores, CGT, e o Pacto de Unidade e Ação, PUA, que romperiam, na sua prática, as restrições impostas pela legislação sindical.

Na realidade pode-se detectar três fases de maior militância sindical, medidas pela intensidade dos movimentos grevistas: O período 1945-47, o período 1951-54 e o período 1961-64. Observe-se que estas três fases correspondem a épocas de ascensão política do PTB, marcadas inclusive, nos últimos dois casos, por períodos de exercício do poder pelo PTB servido de «escudo» ao ascenso de um movimento de massas autónomo e independente da própria vontade das lideranças petebistas? Ou teriam essas lideranças, ou pelo menos algumas delas, desempenhado um

papel de vanguarda em relação a esses movimentos?

Estas perguntas têm suscitado um forte debate teórico nos meios de esquerda. Acredito que muitos têm procedido a uma leitura uni-lateral e ideológica do período 1945-64, incorporando, sob o rótulo «populista» movimentos e processos históricos dos mais diversificados e incorrendo no sério risco de desprezar a combatividade e o nível de mobilização do movimento operário em um dos períodos mais ricos da nossa história. Claro que a resposta a esta problemática é complexa e certamente requer um aprofundamento das pesquisas sobre o período em questão. Através do estudo que venho realizando sobre o PTB gaúcho, tendo a acreditar que, malgrado a existência de «peleguismo» nas cúpulas sindicais, numerosas bases e lideranças sindicais trabalhistas desempenharam um importante papel nas lutas sociais do período.

Finalmente, cabe fazer referência a aquele que seria o maior teste da capacidade de mobilização popular do PTB: a luta pela Legalidade, no período agosto/setembro de 1961. Neste episódio, a rápida e eficaz mobilização do partido e da estrutura sindical foram decisivos no estabelecimento de uma correlação de forças favorável, que acabou garantindo a posse de Jango na Presidência.

No entanto, e preciso frisar que, a nível nacional, o grau de organização e a vinculação popular, do PTB eram muito desiguais de região para região. Certamente o PTB de Santos, da Baixada Fluminense e mesmo da antiga Guanabara, tinham algo em comum com o PTB gaúcho.

Em muitos Estados do Norte e do Nordeste, no entanto, a legenda abrigava setores bem mais a direita e a sua estrutura não tinha uma real implantação a nível popular. Isto não impediu, porém, que no período 1961-64 o PTB se transformasse no partido nacional com a maior bancada parlamentar graças a adesão de vários deputados socialistas e que dentro dele se estruturasse um amplo setor de esquerda representado pelas bases mais combativas do movimento sindical e cuja expressão a nível parlamentar foi o surgimento do chamado Grupo Compacto. Este núcleo parlamentar passaria inclusive a defender um programa de conteúdo socialista como horizonte de luta para o PTB.

(*) estas observações vão de encontro a interpretação dada pelo professor Otávio C. Brochado da Rocha na sua palestra «Raízes do Tabalismo» Proferida em Gravataí, RS, em 1972.



Brizola, numa cena da juventude

Reordenação partidária — debate

Socialismo com pés no chão

Não podemos fugir das dificuldades colocadas pela conjuntura política escolhendo uma ilusória «etapa democrática».

Não é hora de arriar as bandeiras e mandar o socialismo para o espaço sideral, sem mais delongas, como fez o jornalista Tibério Canuto na última edição.

O socialismo pertence à terra e não às alturas celestiais — é uma necessidade viva e presente.

Nos seus artigos publicados os números 39, 42 e 44 de Em Tempo, o jornalista Tibério Canuto defende uma avaliação dos resultados das eleições de novembro que provoca controvérsia em vários aspectos. Em seu artigo mais recente, ao se referir à questão do socialismo como algo que, neste momento, «cai do espaço sideral», o jornalista afirma que «as camadas populares não estão polarizadas pela questão do socialismo». A prova disso são os resultados eleitorais: «foram vitoriosos os candidatos que colocaram sua campanha como um instrumento de luta contra o regime militar» através das bandeiras amplas contra o governo e por melhores condições de vida. Os que procuraram ir além, adiando-se no rumo do socialismo, tiveram resultados desastrosos.

O correto, portanto, é desistir de qualquer forma de movimento socialista e encaminhar apenas a formação de um «bloco dos candidatos populares».

Distorções

Em primeiro lugar, é preciso dizer que estas informações estão distorcidas. Nem todos os candidatos que orientaram sua campanha pela luta contra o governo e pelos temas «populares» se elegeram. Em Minas, por exemplo, não se elegeram os mais identificados com a proposta de «Frente Popular». Além do mais, não foi apenas o candidato da «Tendência Socialista» gaúcha que se elegeu com conotação socialista, como afirma a matéria. Edson Kahir e Benedito Marcilio, por exemplo, tiveram votações consagradas, e receberam o apoio da «Convergência Socialista». Um dos candidatos apontados por Tibério Canuto como integrante do bloco «popular», Geraldo Siqueira Filho, defendeu na campanha uma «corrente socialista» e um «governo dos trabalhadores», o que o coloca a razoável distância da proposta defendida no artigo; de maneira semelhante, ocorreu com Eudes Freitas, no Rio, também eleito.

No entanto, estas distorções não são o mais importante. Afinal, o resultado conjunto dos poucos candidatos que procuraram avançar na direção do

socialismo foi apenas razoável. Isto não pode nos surpreender: durante os 14 anos de regime militar, tem sido muito difícil falar do assunto; o liberalismo burguês, elitista, conservador, tem sido hegemônico na oposição; há várias décadas que a esquerda brasileira tem evitado o assunto, por acreditar que ainda é necessário passar por uma «etapa democrática». Tudo isto torna difícil a constituição de um movimento socialista de massas. Mas seria preciso muito mais para reservar o socialismo para os que tem algum gosto pelas alturas ou pela vida no vácuo.

Para mostrar a inoportunidade de ir além de um movimento popular contra o regime, seria preciso provar a viabilidade de uma «revolução por etapas», de uma «etapa democrática» ainda fugir das dificuldades escolhendo uma ilusória «etapa democrática» de um capitalismo nacional, ou arriar as bandeiras e mandar o socialismo para o céu, sem mais delongas. O socialismo pertence à terra, e não ao céu, é uma necessidade viva e presente. Confiná-lo aos espaços siderais só interessa ao pensamento conservador.

Tibério Canuto não se dá a esse trabalho, limita-se a dizer que o socialismo não polariza as camadas populares. Este achado é o bastante para que ele passe a defender uma aliança com os liberais na qual estes ficam com a parte do leão, na medida em que sua grande idéia é transformar os «parlamentares populares» numa espécie de contrapeso aos adesistas dentro do MDB: no artigo Figueiredo estende a mão — sai de baixo! sua preocupação é justamente dizer que a presença dos autênticos pode impedir os «moderados» de seguir os adesistas.

Muito mais lúcida que as propostas de Tibério Canuto foi a intervenção de Lula no recente «Encontro pela democracia», quando definiu o que significa luta democrática para os trabalhadores: «democracia é garantia de empre-

go — depois da greve de maio, os empregadores aproveitando do arbítrio dispensaram a dezenas de companheiros em São Bernardo — democracia é poder participar e administrar os fundos que foram criados para os trabalhadores: é abolir os contratos individuais de trabalho; é pagamento de salários mais dignos; mais escolas para os trabalhadores, melhores condições de saúde; é a garantia do direito de trabalho. A democracia implica para os trabalhadores o direito de criar seu próprio partido político; participar diretamente da confecção de uma nova constituição; a liberdade de expressão e organização».

A tarefa da oposição consequente hoje é justamente desenvolver esta concepção da democracia do ponto de vista dos trabalhadores, mostrar que ela leva à luta contra o capitalismo e pelo socialismo, e que enquanto houver capitalistas eles vão usar do poder tirânico que a propriedade dos meios de produção da sociedade lhes confere para oprimir os trabalhadores, que sob a economia de mercado a melhoria das condições de vida do povo só poderá ser muito precária. A tarefa é lutar contra a ditadura, lutar pela hegemonia operária e popular.

Que a tarefa é difícil, é óbvio. Que nas últimas eleições avançamos pouco na concretização deste programa, não devemos discutir. O que não podemos é fugir das dificuldades escolhendo uma ilusória «etapa democrática» de um capitalismo nacional, ou arriar as bandeiras e mandar o socialismo para o céu, sem mais delongas. O socialismo pertence à terra, e não ao céu, é uma necessidade viva e presente. Confiná-lo aos espaços siderais só interessa ao pensamento conservador.

(João Machado, de Belo Horizonte)



Aqueles que pensam em combater a influência ideológica da burguesia liberal sem colocar claramente seus propósitos e seu programa, e em cima de fatos concretos, de questões reais no confrontar de propostas políticas alternativas, só estarão contribuindo para aumentar as vacilações e dúvidas dos setores populares.

Os riscos da «frente popular»

Senhor redator:

Lemos o artigo do vereador Antonio Carlos Carvalho e julgamos os temas tratados muito importantes. Sobre isso, consideramos que todos aqueles que busquem de uma forma inequívoca traçar um divisor de águas nítido entre a burguesia e o bloco anti-burguês (incluindo os trabalhadores e os setores médios) no seio daqueles que hoje empunham a bandeira das liberdades democráticas, merecem o nosso apoio. Pelo que entendemos, parece ser essa a preocupação central do vereador: isolar a burguesia liberal, consolidar a unidade do bloco não burguês (por ele denominado «popular»). Do ponto de vista parlamentar, o autor considera como sendo a contradição principal dentro do MDB a luta entre os «autênticos» e os «moderados», sendo os primeiros os representantes do bloco «popular» e os segundos da «burguesia liberal». Para a resolução desta contradição, define-se uma tática de combate aos «adesistas», com o objetivo confesso de conseguir-se a hegemonia dentro do MDB. Este partido, expurgando-se os «adesistas» e em fraquecendo os «liberais», «mudaria o seu caráter de classe» passando a ser a expressão de uma «frente popular» que congregasse diversas forças oposicionistas.

Embora sejam louváveis os propósitos, algumas questões não ficaram claras. Inicialmente, gostaríamos que se definisse o seguinte: o que são parlamentares «populares»? O que os define como tal? Que pontos programa-

ticos? Que tipo de vinculação as bases? Se isto não é definido, existe a grande possibilidade de comermos gato por lebre, ou seja de superestimarmos as reais forças com que conta o chamado bloco popular. Acreditamos que, ao menos, a defesa firme do conjunto das bandeiras democráticas — liberdades democráticas, constituinte, liberdades política-partidária e sindical, fim do aparelho repressivo, anistia — a luta por melhores condições de vida, juntamente a uma proposta explícita de subordinação do trabalho parlamentar as lutas populares, são critérios mínimos que devemos utilizar para considerar um parlamentar como representante do bloco «popular». Isto, no entanto, sequer é veiculado no artigo. A denominação «popular», já a entendemos bastante generica. Mas não podemos utilizá-la de forma mais generica ainda, sob pena de confundirmos a nos mesmos na análise das forças com que contamos.

Um outro ponto dubio, refere-se a pretensão manifesta no artigo de mudar o caráter de classe do MDB. Nesse raciocínio, o MDB deixaria de ser um instrumento tático, passageiro, momentâneo de articulação de forças democráticas, para se transformar em algo sólido, consolidando uma frente de setores não burgueses. Como fazer isto? Simples: expulsando a burguesia do MDB. Como expulsa-la? Dividindo-a. Primeiro iriam os «adesistas» (do-a. Primeiro não recebendo nenhuma denominação específica pelo autor, são também representantes da burguesia) e, depois, os liberais. Ou seja, dentro do MDB, no quadro da luta parlamentar, neste campo de atuação movédica, uma organização política burguesa se transformaria numa organização política anti-burguesa. Agora o cupulismo da proposta, que analisaremos mais adiante, não haveria uma grande superestimação das forças dos parlamentares «populares» neste embate dentro do MDB? Possuem os «populares», força para expulsar a burguesia de dentro do MDB? No primeiro «round» desta luta — contra a facção parlamentar burguesa «adesista», não seria necessário aos «populares» uma aliança tática com a outra facção parlamentar burguesa «moderada»? O resultado mais provável desta tática, apesar das intenções, não seria um MDB «deputado», a onde conveririam os «autênticos» e os «moderados», estes bem mais poderosos e detendo o controle da máquina partidária? Esta tática não levaria então ao justo oposto do que pretende o seu autor?

Uma outra questão importante refere-se a ja citada relação entre o movimento de massas e a luta parlamentar. No nosso entender para se articular

uma frente anti-burguesa, seria necessário principalmente que esta se apoiasse na ampla rede de lutas populares que pululam na sociedade brasileira: jornais de bairro, grupos de teatro, cine-clubes, movimentos de bairro, jornais da imprensa independente, oposições sindicais, tendências estudantis, segmentos da Igreja, etc, agrupados em torno de um programa e uma estrutura organizativa democrática. No entanto esta questão é completamente esquecida no artigo. Apenas a via parlamentar e analisada. Através de pressões parlamentares, «o povo iria conquistar o MDB»; este «mudaria o seu caráter de classe». Ora, para que o MDB chegasse a ser o organismo de expressão desta frente, seria necessário, ao menos, a expulsão da burguesia do MDB, a modificação de sua estrutura eleitoral, e a sua subordinação ao crescente movimento de massas no Brasil, transformando-se numa organização voltada para a luta política, voltada para a centralização organizativa do conjunto do movimento de massas.

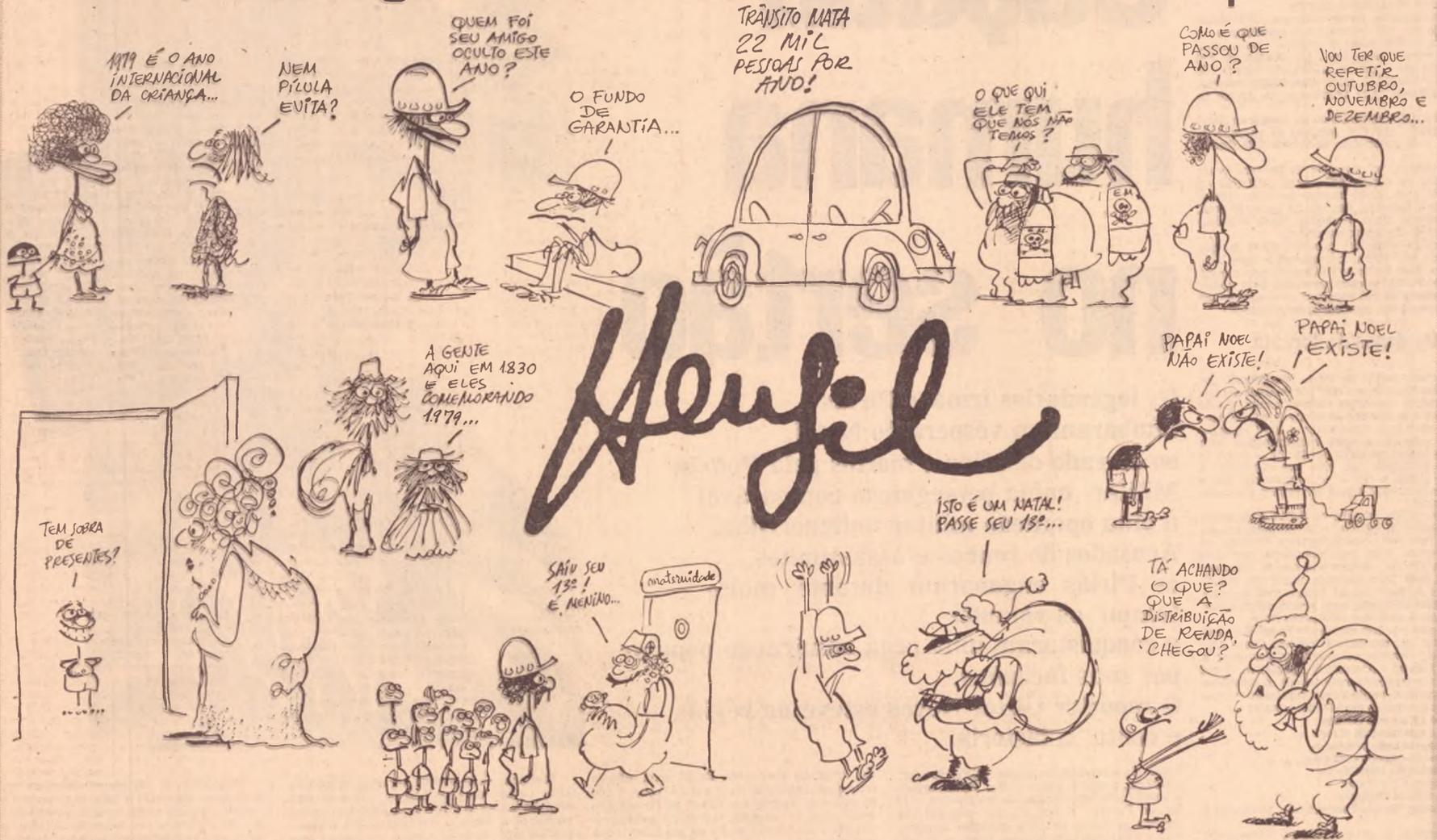
O processo, na verdade, e o inverso do proposto pelo vereador, é o processo de revolucionar uma agremiação burguesa, utilizando métodos de luta igualmente burgueses. Colocar a questão desta forma, não passa a nosso ver, de uma grosseira mistificação.

Por último uma questão. Ninguém nega a importância de unificarmos as forças anti-burguesas no combate a ditadura militar. Nada melhor que eixos de luta definidos em torno das liberdades democráticas e a utilização momentânea do MDB para conseguirmos isto. No entanto, o patamar da luta pelas liberdades democráticas não pode ser nunca o horizonte do programa desta frente, mas os pontos iniciais, os pontos de unidade desta frente. Cabe aos socialistas dela participar, como uma facção organizada, possuindo um programa próprio, buscando dentro dela construir uma hegemonia, e não diluindo-se neste amplo caudal democrático, «escondendo» seu programa. Aqueles que pensam em combater a influência ideológica da burguesia liberal sem colocar claramente seus propósitos e seu programa, e em cima de fatos concretos, de questões reais, no confrontar de propostas políticas alternativas, só estarão contribuindo para aumentar as vacilações e dúvidas dos setores populares. A diluição política, o nivelamento por baixo das propostas programáticas, o temor de construir uma alternativa própria, o medo de «dividir», só poderão levar a um caminho de enganos.

(Antonio Nahas Junior, de Belo Horizonte)

1978-1979

A passagem de ano em dez tempos



Constatado em Santos:

Preto não arranja emprego em banco

De 4.900 bancários na cidade de Santos, apenas 90 são negros. O sindicato conclui: existe racismo nos estabelecimentos bancários da região, que criam inúmeras dificuldades e empecilhos para a admissão de funcionários negros em seus quadros.

Provas, não as temos. Porém as evidências não deixam margem a dúvida. Os estabelecimentos bancários da Baixada Santista criam inúmeras dificuldades e empecilhos para a admissão de funcionários negros em seus quadros.

A nossa atenção foi despertada ao constatar o racismo e rejeição que sofriam que os desempregados de cor negra procuravam nosso Sindicato em busca de colocações nos bancos de nossa base territorial.

As justificativas: «nosso quadro está completo», «aguarde uma nova oportunidade». Se o candidato era de cor branca, o tratamento e a atenção eram bem diferentes.

Diante desta situação nos vimos tentados a proceder uma análise mais acurada do problema. Observamos que em relação a escolaridade, experiência, etc, via de regra, os candidatos recusados nada ficavam a dever aos admitidos.

Resolvemos coletar dados e constatamos que num contingente de 4900 foram encontrados apenas 90 negros, numa média de aproximadamente 1,8 por cento.

Constatamos ainda que em Bancos oficiais, como Banespa e Banco do Brasil, onde a seleção se procede através de concurso, ocorre na maior concentração de bancários de pele escura. Ressalte-se que o mulato e o

parado foram relacionados como negros. A eloquência dos dados nos levou a concluir pela real existência do racismo nos bancos de nossa região.

Resta saber se o fato é determinado por orientação superior ou por auto-recreação das administrações locais. O certo é que o subjetivismo dos critérios de seleção, determinam a odiosa rejeição.

Fica, pois, a nossa denúncia. Como não podemos invocar as leis, por uma total ineficiência de provas, invocamos o bom senso de nossos gerentes e contadores.

Somente o racismo justifica a existência de apenas 1,8% de empregados negros em nossos bancos. Este é um fato, constatado e que precisa urgentemente ser reparado. Os bancos tem acima de tudo na qualidade de empregadores um objetivo social. Assim, os negros, como as mulheres casadas, e os maiores de 30 anos, não podem ser preteridos e formar grupos marginalizados.

Jocelito Freitas Mattes (Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santos)

Empreiteiro de fazenda sofre covardia de três «filhos de papai», protegidos da polícia, no Mato Grosso. Uma denúncia da Prelazia de São Felix do Araguaia, dirigida por D. Pedro Casaldaliga.

Cavou a cova, ajoelhou-se e pediu perdão. Foi morto.

Faz algum tempo que os moradores da Matinha estão vivendo assombrados, por conta de muita violência que vem acontecendo no povoado. A maior parte dessas barbaridades vem sendo praticada pelo filho do proprietário do Auto Posto Tiradentes, Sr. Chico Dentista, principalmente o Vitorino. Ele, em toda festa que ia, aprontava um baco-baco danado. Na Matinha pode se contar os botecos que não tem furo de bala, atirada pelo Vitorino. Numa dessas, já foi baleado um morador.

Acontecia também que nas festas, de repente eles mandavam os presentes parar e dançar do jeito que eles queriam. Às vezes até sem roupa.

«Eles foram criando asa e tendo liberdade porque sempre tiveram o apoio da polícia de Ribeirão Bonito», comentam os moradores. Assim, eles queriam ser os bons do lugar.

cabaré do Augusto. Sem mais, nem menos começaram a bater no Antonio Pereira da Silva, conhecido por Pernambuco. Este era empreiteiro do fazendeiro Paulo Guasca.

Os dois homens, depois de terem roubado do Pernambuco, dinheiro e lanterna, judiaram muito dele e queriam enterrá-lo vivo na frente do cabaré. Só não fizeram isso, porque as raparigas entraram pelo meio. Eles ainda atiraram quando Pernambuco estava fugindo. Passou a noite no mata. No outro dia, ele chegou na casa do posseiro Sebastião Bueno. Estava com a cara toda arrebatada: olho esquerdo roxo e inchado e muitos rasgos na cabeça.

Enquanto ele descansava, chegaram os três homens dizendo que iam levá-lo para a cadeia de Ribeirão Bonito.

Carregaram ele para a terra do Quincas, irmão de Vitorino, e ali, covardemente, Vitorino, Zé Gomes e Chicão mataram o Pernambuco.

Fizeram ele próprio abrir a sua cova, ajoelhar-se dentro dela e lhes

pedir perdão. Jogaram um pouco de terra por cima do corpo e voltaram para a rua. Durante 15 dias, Vitorino ficou por ali na Matinha, gabando o crime que tinha praticado.

Nesse meio tempo, o fazendeiro Paulo Guasca, temendo que a responsabilidade da morte caísse sobre si, queixou-se a polícia de Barra do Garças. Passados 15 dias do crime, os soldados vieram investigar o caso. Prenderam Chicão e Zé Gomes e os fizeram desenterrar o corpo. Vitorino fugiu.

Os moradores da Matinha comentam: «Agora nosso povoado está liberto», «Vamos poder fazer nossas festas mais sossegadas», «Agora nós estamos aliviados».

Com tudo isso, o povo da Matinha espera e exige das autoridades que os bandidos paguem os sofrimentos que causaram.

Prelazia de São Felix do Araguaia Mato Grosso

Usina nuclear de Angra dos Reis

A galinha dos ovos de ouro da Construtora Odebrecht

A construtora Norberto Odebrecht S.A., encarregada da realização das obras civis da usina nuclear de Angra dos Reis, apresentou nos últimos anos uma surpreendente evolução. A observação é de uma leitora de Minas que opina: «no Brasil a corrupção não é uma questão moral; antes disso, é um fator primordial para acumulação de capital, o que foi esquecido na recente discussão sobre Angra».

Sr. redator, Enquanto fervia o debate sobre o acordo nuclear e a construção da Usina de Angra dos Reis, saíram os dados do Quem e Quem na Economia Brasileira da revista VISÃO, apresentando os resultados econômico-financeiros das 200 maiores empresas do Brasil. As denúncias de corrupção situadas no centro do debate fizeram passar despercebidos os dados sobre a Construtora Norberto Odebrecht S.A., encarregada da realização das obras civis da usina nuclear e pivô da questão.

Coincidentemente, os resultados do Quem e Quem apresentam uma surpreendente evolução da Norberto Odebrecht, justamente num período correspondente a execução de grande parte das obras civis de Angra.

Entre janeiro de 1974 e janeiro de 1978 o lucro líquido da Odebrecht passou de Cr\$ 18,4 milhões para Cr\$ 417,3 milhões, revelando um crescimento de 22 vezes em termos nomináveis e cerca de sete vezes, descontada a inflação no período. Por outro lado, a taxa de lucro (lucro líquido sobre o patrimônio líquido) evoluiu de 14% em 1973 para 34% em 1976, e 35% em 1977. Em decorrência, seu patrimônio líquido cresceu em mais de 9 vezes no mesmo período o que, descontada a inflação, significou um crescimento médio real de 30% a.a. o que representa uma taxa de acumulação de capital simplesmente notável.

Com relação à sua posição entre as concorrentes do ramo de construção

civil, seu avanço não deixa de espantar. Em 1973 a Odebrecht situava-se em 8º lugar na lista das maiores empreiteiras brasileiras (conceito de lucro líquido), passando em 1977 para um honroso 3º lugar.

O que se pode concluir é que a construção da usina nuclear — ponto de tantas discordâncias — souo como a galinha dos ovos de ouro para a Norberto Odebrecht.

E aqui entra uma verdade indiscutível no Brasil, país capitalista onde tudo é relativo — a corrupção não é uma questão moral. Antes disso, é um fator primordial para a acumulação de capital. E esta verdade cristalina que foi esquecida na discussão recente sobre Angra, quando foi lembrado apenas o problema da licitação da obra e suas eventuais irregularidades.

Nessa linha, nem seria necessário que o ex-diretor técnico de Furnas, Fernando Candeiras, tentando safar-se das críticas, fingisse de bobo, argumentando que «se houvesse licitação pública o número de empresas que iriam concorrer tornaria difícil a escolha». Se ao inves disso ele citasse o decreto-lei nº 200, com as modificações dos decretos-leis 590 e 991 (art. 126, parágrafo segundo, alíneas a e b) estaria resolvendo o problema da legalidade da

licitação (ou falta de licitação) para Angra. É que o decreto estabelece exceções para as normas sobre licitação e dispensa a concorrência quando a realização da obra compromete a segurança nacional ou no caso de «aquisição de materiais e equipamentos que só podem ser fornecidos por produtos, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização».

Não é preciso dizer que tais exceções — tão amplas quanto se queira — deixam a escolha nas honradas mãos do Presidente da República e de sua não menos honrada corte de Ministros. Vale dizer, do ponto de vista da legislação, a escolha da Norberto pode ter sido absolutamente legal. Na realidade, assim como o AI-5 institucionalizou o arbítrio e a repressão brutal, as leis que regulam as relações entre o Estado e as empresas capitalistas não passam de institucionalização da corrupção, onde a fronteira entre o legal e o ilegal só não é visível para um cego.

Mas sobre este caso resta ainda uma intrigante questão: por que as demais empreiteiras concorrentes da Norberto Odebrecht não botaram a boca no mundo? A resposta não deixa de ser simples: participantes do mesmo jogo que inclui sistematicamente

um tráfico de influência e interesses pelos canais estatais, elas não poderiam nunca voltar-se contra as regras de que tiram vantagem. Esses interesses consubstanciados em lei a partir da reforma administrativa de 1976 e legislação posterior (a título de racionalizar e tornar eficiente a administração pública), incluem a fixação de regras cujos resultados implicam numa crescente monopolização do setor, restrito gradativamente apenas a um pequeno número de grandes empresas.

Sob esse aspecto, ou seja, no que se refere às relações das empresas capitalistas com o Estado, o setor das empreiteiras é bastante peculiar, já que o Estado é seu quase exclusivo cliente. E não deixa de ser por isso que o seu gigantismo é notório: pelos dados

de Quem e Quem das maiores empresas privadas não financeiras brasileiras, 13 (entre as 100 maiores) são empreiteiras; entre as 22 maiores, quatro são empreiteiras e a relação é de duas entre as 10 maiores.

Na verdade, estes fatos e números vêm apenas demonstrar, através de um caso particular e nada extravagante, os rumos do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, cuja regra básica e geral é a profunda imbricação entre os setores hegemônicos monopolistas e o Estado. Nesta relação estabeleceu-se um «vale-tudo» onde via de regra mantém-se ou cria-se a lei certa para a corrupção que se quer preservar.

(Marcia Borges - Belo Horizonte)

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

Tiramos uma pedra do sapato, desabafou o coronel Carlos Augusto da Costa, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, ao anunciar à imprensa que os legendários irmãos Piriás estavam mortos. Era o fim da exaustiva caçada, de quase um ano, movida pela PM a dois irmãos. Eles eram acusados, dentre outros crimes, de terem matado três e ferido dois soldados da força pública mineira.

Na perseguição, foram utilizados 150 soldados chefiados por um coronel que se especializou em guerrilha no FBI. Além de cavalos, cães rastreadores, metralhadoras, fuzis, um helicóptero, um avião teco-teco e até um sofisticado aparelho de raios infra-vermelhos, para observação noturna, muito utilizado pelos americanos na guerra do Vietnã.

O cerco fatal foi realizado na manhã de Natal num cerrado, que fica próximo ao povoado de Beltrão, a 35 quilômetros de Corinto (226 Km de BH).

«Ali mesmo, no cemitério de Beltrão, foram sepultados os corpos de Orlando Patrício da Costa, 20 anos, 1,65m mulato forte de cabelos ondulados e Sebastião Patrício da Costa, 19 anos, 1,70m moreno claro, conhecido como «Caolho» por causa de um ligeiro estrabismo.

Quando os jornalistas quiseram saber por que os corpos não foram transportados para Sete Lagoas ou Belo Horizonte e ninguém, nem mesmo o pai dos Piriás, recebeu permissão para vê-los, o comandante da PM explicou: «é preciso evitar especulações e não provocar sensibilidades».

Os donos da torcida

No agreste sertão de Minas imortalizado por Guimarães Rosa, nunca dois personagens percorreram tantas bocas ao mesmo tempo. Desde quando os dois matutos desafiaram um pequeno exército com suas cartucheiras a fértil imaginação do sertanejo mineiro transformou-os num mito. As lendas em torno dos Piriás — nome de pequeno mamífero que vive nos capinzais, à beira de lagoas e rios — se avolumavam dia a dia, acrescentando à figura dos irmãos um cunho sobrenatural.

E, na medida em que os Piriás enganavam seguidamente a polícia e amedrontavam aos volantes com sua pontaria certa, crescia, em todo o sertão, uma cega admiração por suas façanhas. «Piriás, estamos com vocês», dizia, por exemplo, uma faixa hasteada numa das principais ruas de Sete Lagoas, cidade a 80 quilômetros de Belo Horizonte, onde praticamente começa o sertão descrito por Guimarães Rosa.

Claro que a polícia recolheu a faixa. Mas, não pode evitar que nas últimas eleições quase uma centena de cidadãos votassem nos dois para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Como também não conseguiu impedir que, à semelhança dos cordéis nordestinos, surgissem versos populares trovando a ousadia dos irmãos:

«... dos Piriás vão falando quem é que não fala deles? muita gente anda brincando de esconde-esconde com eles qual sirene de ambulância muita gente faz alarde Piriás tomam distância e «alguns» diz que chegou tarde. (o alguém é a polícia)

Na verdade, o sertanejo nunca desconheceu que uma verdadeira batalha se desenvolvia à sua frente. Para ele, defrontavam-se, nessa luta, apenas dois adversários: a polícia e os Piriás. Dele, ele participava como mero espectador. Um espectador que torcia, como qualquer outro, pela vitória do seu time. «Eles costumam dizer por aí que o time está ganhando de três a zero, com duas bolas na trave», conta o advogado Carlos Teixeira Paiva, professor de Direito da Faculdade de Sete Lagoas.

Na zona rural, eram poucos os que temiam aos Piriás. Assentado no rabo de um fogão de lenha, na cozinha de chão batido do seu casebre de quatro cômodos, a 22 Km de Corinto, o sítio de Luiz Nassif, de 61 anos, o «Luiz Abade», como é conhecido, garante: «Eles não gostam mesmo é de polícia. Com a gente eles nem bolem. Quando aparecem numa fazenda é porque estão com fome. Ai é só entregar a comida que precisam e eles saem do mesmo jeito que chegaram».

Foram os Piriás

Mas, afinal, os «numerosos assaltos», os «hediondos crimes praticados pelos Piriás» não aterrorizaram a população? Na verdade, algumas famílias chegaram a reforçar as trameças de seus casebres e passaram a deixar vigias de olhos atentos durante a noite. E que os «malditos» podiam aparecer a qualquer momento e repetir, por exemplo, o que fizeram com o «Zé

Caçada humana no sertão

Os legendários irmãos Piriás tombaram na véspera do Natal, no cerrado de Minas, mortos pela Polícia Militar, numa perseguição comparável a uma operação militar antiguerrilha. Acusados de roubos e assassinatos, os Piriás enganaram durante muito tempo os volantes e conquistaram uma cega admiração popular por suas façanhas. O repórter Glizer Neves esteve na região e conta a história.

Silva». Ex-curandeiro de poucos mais de 60 anos, entredado, apareceu morto com a língua cortada e o único olho bom furado, no seu casebre a 10 Km de Curvelo. É verdade que, segundo voz corrente na região, ele tinha inúmeros inimigos, mas, a polícia não teve dúvidas: foram os Piriás. «Pobre do Zé. Era meu compadre. Os Piriás mataram ele como só o capeta sabe fazer. A gente ficou uma semana encantada em casa. Agora meu marido tá saindo, mas de trabuco ou foice na mão», diz a preta Diolinda Rodrigues, de 30 anos, que mora num pequeno sítio com marido e seis filhos. Mas, se ninguém viu o crime como se sabe que foram os Piriás? «A polícia que contou. Eles remexeram a casa toda e viram que foi obra dos «malditos», narra Diolinda.

Em Sete Lagoas, no quartel da PM, o capitão José Ivo Gomes de Oliveira, delegado especial para a captura dos Piriás, responde a mesma pergunta. «Nós concluímos que foram os Piriás por dedução lógica. Eles estavam na região e o latrocínio teve as características próprias deles». Que características? «Eles roubaram mantimentos e armas», responde o capitão. Mas por que matariam o velho? «Naturalmente o entredado começou a xingá-los enquanto eles roubavam. Furiosos, eles lhe cortaram a língua. Depois, furaram o seu olho para que ele não pudesse reconhecê-los. Mas aí o velho morreu de tanto sangrar», explica.

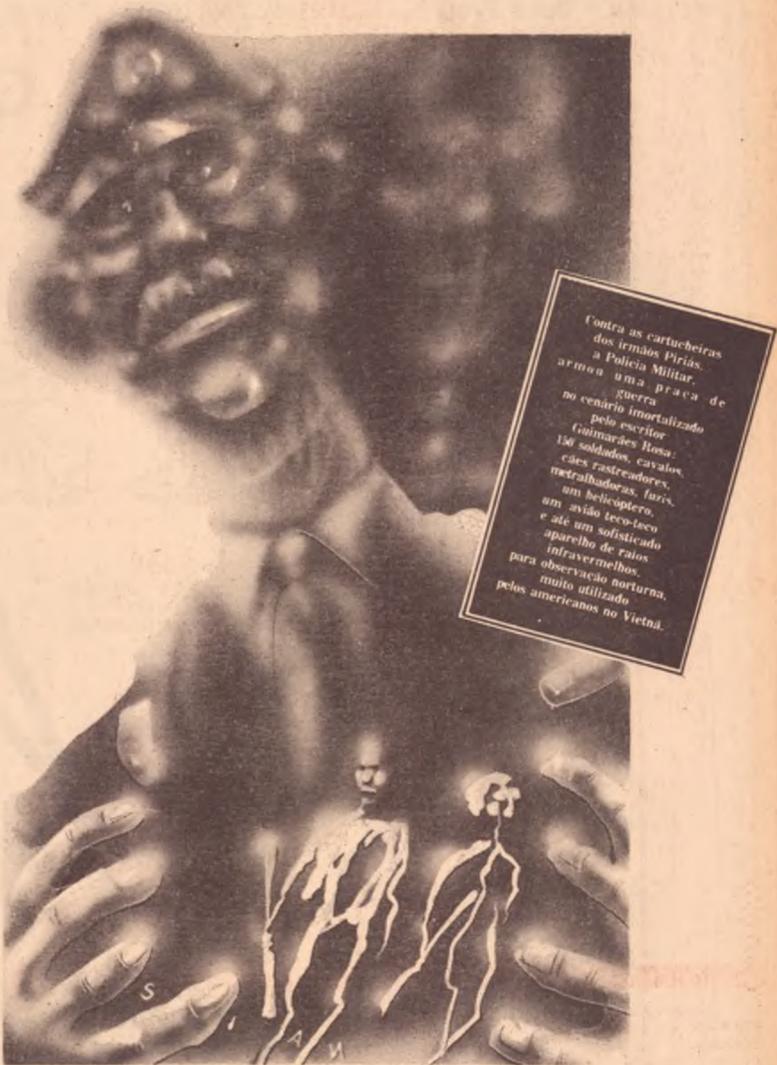
Deduções como esta começaram a surgir com impressionante frequência, certamente para criar um clima adverso aos irmãos. A fazenda do Peri-Peri, em Matozinhos, a 56 Km de Beagá por exemplo, foi assaltada duas vezes. Em ambos os casos a polícia também não teve dúvidas: foram os Piriás. Mas o próprio administrador da fazenda,

Agostinho Fernandes, de 36 anos, não se convenceu: «ninguém viu quem foi, como é que se pode sair dizendo que foram os Piriás? Isto aqui é terra de malandro, tem muita gente aproveitando essa história de Piriás pra fazer o que não presta».

Criminosos ou vítimas?

Mas apesar de tudo o que lhes foi imputado continuou alta a simpatia da população sertaneja pelos Piriás. Certamente porque havia um motivo bem mais forte do que as façanhas que irmãos conseguiram lograr sobre a polícia. É que, segundo voz corrente na região, eles foram transformados em assassinos exatamente pela polícia. De fato, nascidos e criados na zona rural, filhos do roceiro João Patrício dos Santos, os irmãos Orlando e Sebastião viviam, desde pequenos, muito menos preocupados com o trabalho do que com costumeiras incursões pelas grotas da região, onde passavam semanas inteiras caçando com bodequês e espingardinhas de chumbo.

Quando precisavam de dinheiro batiam à porta de alguma fazenda pedindo trabalho. «Eu conheço eles desde meninos, gente boa que quando pegava no serviço era pra valer», testemunhou há 20 dias o sítio Isidro Cunha, 42 anos, o «Nonô Cunha» de Sete Lagoas. E o fazendeiro Manoel Cirilo, de 73 anos, em cujas terras fica a «Lapa Branca», grotas onde os Piriás moraram alguns meses, atestou, por sua vez: «eles nunca me deram amolação no tempo em que moraram ali» — diz, apontando uma montanha de pedras com cerca de um quilômetro de extensão — «não eram gente ruim, não. Eram gente de bem, trabalhadora. Parece que ficaram bandidos por judiação da polícia».



Contra as cartucheiras dos irmãos Piriás, a Polícia Militar armou uma praça de guerra no cenário imortalizado pelo escritor Guimarães Rosa: 150 soldados, cavalos, cães rastreadores, fuzis, metralhadoras, um helicóptero, um avião teco-teco e até um sofisticado aparelho de raios infravermelhos, para observação noturna, muito utilizado pelos americanos no Vietnã.

Realmente, já há coisa de dois anos, o fazendeiro Lúcio Culego, de Sete Lagoas, contratou uma empreitada com os Piriás e, no final do trabalho, recusou-se a pagar o combinado. «Os meninos ficaram uma fera» — conta o advogado Carlos Paiva — «e, com medo deles o fazendeiro chamou a polícia. O «Caolho» foi preso e ficou 17 dias na cadeia sem que corresse qualquer processo contra ele». Graças a intervenção do advogado o «Caolho» foi colocado em liberdade. «Saiu reclamando ter sido espancado duramente o tempo em que esteve preso e que a polícia lhe roubara uma eletrola», diz o advogado.

Ao se ver livre, o «Caolho» juntou-se ao irmão e embrenhou-se novamente pelo mato. Meses depois, não se sabe se por nova queixa do fazendeiro, que ainda se sentia ameaçado, a polícia tentou prendê-los mais uma vez. «Foi o início de tudo» — diz o advogado Carlos Paiva — «eles reagiram como animais acusados e um dos soldados foi morto a tiros de espingarda. Não posso dizer que eles eram santinhos até então. Eram ladrões de galinha, roubavam para comer. Mas, assassinos, eles só viraram após o «Caolho» ter provado injustamente o gosto da prisão».

Mais que Lampião

Iniciou-se, assim, uma das maiores caçadas já realizadas em Minas. Acreditando chegar aos rapazes através do pai, a polícia prendeu o roceiro durante 30 dias, uma desastrosa decisão que só fez aumentar o ódio dos Piriás. E, nas investidas seguintes, a polícia teve quatro novas baixas: dois soldados mortos e dois gravemente feridos. Um quase pânico começou a correr entre os policiais da região com a fama dos tiros certos dos Piriás.

Disfarçados de lavradores, policiais embrenhavam-se pelo sertão à cata de pistas que indicassem o paradeiro dos irmãos. No entanto, nas dez vezes em que eles foram localizados, ou a polícia era irremediavelmente batida na troca de tiros ou simplesmente ludibriada. Para medir força com o pequeno exército que os perseguia, os Piriás se utilizavam, de armas roubadas aos policiais e, principalmente, de suas velhas cartucheiras, carregadas com munição fabricada por eles mesmos — cartuchos com pólvora e chumbadas de pescar, tapados com cera de abelha.

«Eles conhecem a região como ninguém e têm uma incrível capacidade de sobreviver no mato», confessou o capitão Ivo, 20 dias atrás, após uma frustrada tentativa de cercar os Piriás. E mais: segundo o capitão, os Piriás estavam utilizando uma instintiva tática de guerrilhas que chegou a desmorteir os soldados. «Em 15 anos de polícia eu nunca vi coisa igual» — dizia ele — «proporcionalmente eles são muito mais que Lampião, que teve um bando de cangaceiros ao seu lado e lutou com uma polícia infinitivamente menos aparelhada».

De qualquer forma, no Natal passado, a equipe comandada pelo tenente-coronel Klinger Sobreira de Almeida teve sorte e conseguiu retirar a incômoda pedra dos sapatos da Polícia Militar. Mas, pelos cerrados e buritizes do Grande Sertão de Guimarães Rosa escapou, palpitante de vida, uma suspeita que dificilmente será retirada: «uma pedra do sapato»: O que é que transformou dois matutos, «simples ladrões de galinhas», como diz o advogado Carlos Paiva, em terríveis bandidos talvez dos mais caçados até hoje, pela polícia mineira?

Sequestrado no cine-clube

Era morador de um bairro operário em Belo Horizonte.

Tinha 19 anos

e participava de movimentos culturais. Os sequestradores o levaram para um aparelho

clandestino, para interrogatório de

cinco dias. Ele foi espancado e ameaçado

de ir parar no lamaçal do Rio das Velhas.

(Por João Batista dos Mares Guia)

João dos Santos Filho mora no bairro operário 1º de Maio, em Belo Horizonte em companhia de seus sete irmãos. Os pais já morreram. Ele tem 19 anos e como muitos outros companheiros dos bairros da região norte de BH, participa ativamente de movimentos culturais e faz parte do Centro Cultural da Paróquia de Todos os Santos. João foi sequestrado no dia 9 de dezembro, um sábado, às 22h30min, quando acabava de projetar um filme no bairro Suzano, cumprindo programação do Cine-Clube do Centro Cultural de que faz parte.

Ele conta o que aconteceu: «Quando saía da igreja da Santíssima Trindade, onde havia projetado um filme, fui chamado por três homens bem vestidos, de roupa esporte. Um deles era magro, moreno, talvez 30 anos; outro era corpulento, talvez 1,70 m de altura, bigode, cabelo de boy caído quase nos ombros, 25 anos mais ou menos; e o terceiro um tipo carrancudo».

João prossegue: «Me cumprimentaram e falaram você nos acompanha. Eu fui querer saber por que. Eles me deram um soco na cabeça e me puseram dentro de um Dodge particular de cor verde. Fiquei na parte de trás do carro, entre dois deles. O outro ia dirigindo. Não fui encapuçado, mas toda vez que tentava ver por onde andava, levava murros na cabeça e era forçado a mergulhar a cabeça sobre os joelhos. Numa certa hora, tentei ver lá fora. Me puxaram o cabelo e falaram que iam me levar pro lamaçal no Rio das Velhas, na estrada de Sabara, e me jogar lá dentro».

João relata que o carro andou 50 minutos, talvez uma hora: «Não sabia a direção, mas tenho a impressão de que tomou o rumo de

alguma estrada. Foi levado para uma casa. Ela tem um muro alto na frente. Não havia nenhuma placa que indicasse uma delegacia. Fiquei sequestrado durante cinco dias e cinco noites. No interior dessa casa onde fiquei não havia nada que pudesse lembrar uma delegacia. Não sabia onde estava. Tudo muito silencioso. Não ouvi ruído de avião, nem barulho de carro. Nada. Eu só ouvia os ruidos dentro da casa e só via três metros ao meu redor porque tudo estava escuro. A janela era fechada por uma parede».

O interrogatório

No interior da casa velha, murada com portão, de 1 andar, assoalho de taboa comprida, laje, varanda, João foi interrogado por seus sequestradores. Diz ele: «As pessoas mudavam. Vi mais uns cinco novos. Me perguntaram muitas coisas assim: O que é o trabalho do Centro Cultural? Como são as nossas reuniões? O que é discutido? Quem participa? O que eu pretendia no cine-clube? Eu dizia que era uma atividade

cultural. Eles diziam que isso era coisa de comunista. O que eles mais queriam saber era o objetivo do nosso trabalho».

O interrogatório foi além das perguntas, gritos e pressões psicológicas. João conta as violências que sofreu: «Apanhei. Eles me davam empurros, murros. Puxavam meu cabelo, ameaçavam. No dia em que me soltaram eles falaram assim: em boca fechada não entra mosquito, que era pra eu tomar cuidado, não fazer comentário».

João foi solto por seus sequestradores no dia 14 de dezembro. No dia 19 João chegou em casa entre 23h30m e 24 h. Ele mora na rua Ladainha, 210. Sua casa havia sido invadida. Seus irmãos não perceberam, porque o quarto de João e uma construção independente da casa onde moram os irmãos.

«Encontrei o quarto completamente desarrumado, colchão revirado, gavetas da mesinha de estudo, livros e jornais jogados no chão. Não levaram nada. Não foi ladrão. No quarto tinha uma máquina Kodak, de boa qualidade, e não foi levada. Deixaram caneta, livros, inclusive o do Dr. Hélio Bicudo Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte, e varios numeros, do jornal Em Tempo. Quem invadiu deixou um bilhete sobre a mesinha. Dizia assim: «Você já foi avisado. Abra os olhos. A volta será pior».

O bilhete fora redigido numa metade de folha de papel ofício manuscrito a tinta, em letra de forma, legível com caracteres grandes».

«Li o bilhete umas dez vezes, deitado, pensando naquilo, me martirizando, e rasguei o bilhete, nem sei por que. Deveria ter guardado. Acho que eles vão continuar me intimidando, reprimindo. Fiquei pensando o que fazer, se eu largava meu trabalho, ou se denunciava, ou se punha panos quentes, seguindo adiante no trabalho sem falar nada. Nessa noite não consegui dormir. Sai, já era 1 da madrugada. Fui bater papo com amigos ali do bairro. Não comentei nada com ninguém».

MINAS-1978- ANO ZERO DA CRIANÇA BRASILEIRA

CONFESSE QUE VOCÊ ESCAPOU DO ABORTO, DA SUBNUTRIÇÃO, DAS DOENÇAS, DA INJUSTA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E QUE PREFERE ROUBAR A MORRER DE FOME!



OZANAM COELHO DISSE QUE O "MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA" TER PAGO O ENTERRO DO MENOR ASSASSINADO E "MAIS UMA EXPLORAÇÃO DE CADAVER" DO MFA.



EM TEMPO!